

1 **ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**
2 **UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos vinte e
3 quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se
4 virtualmente o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a
5 presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor MARCELO KNOBEL, e com o
6 comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Adriana Nunes Ferreira,
7 Alberto Luiz Francato, Alberto Luiz Serpa, Alexandre Leite Rodrigues de Oliveira, Álvaro de
8 Oliveira D'Antona, Anderson de Rezende Rocha, André Martins Biancarelli, André Victor
9 Lucci Freitas, Angel Pontin Garcia, Anna Christina Bentes da Silva, Antonio Carlos Bannwart,
10 Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, Antonio José de Almeida Meirelles, Carlos Alberto
11 Rodrigo da Silva, Carmino Antonio de Souza, Christiano Lyra Filho, Claudia Maria Bauzer
12 Medeiros, Cláudio José Servato, Edson Tomaz, Eduardo Gurgel do Amaral, Guilherme
13 Gonçalves Capovilla, Eliana Martorano Amaral, Erich Vinicius de Paula, Ester de Paula
14 Moraes, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Francisco de Assis Magalhães Gomes
15 Neto, Francisco Haiter Neto, Gláucia Maria Pastore, Heloise Oliveira Pastore, Ignacio Maria
16 Poveda Velasco, Jefferson Cano, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Luis Saraiva
17 Moraes Abreu, João Paulo Ferreira Bertacchi, João Raimundo Mendonça de Souza, José
18 Alexandre Diniz, José Cláudio Geromel, José Luis Pio Romera, José Roberto Ribeiro,
19 Leonardo Lorenzo Bravo Roger, Lucas Marques de Almeida, Luiz Carlos Kretly, Luiz Carlos
20 Zeferino, Márcio Antônio Cataia, Marco Aurélio Zezzi Arruda, Maria Helena Baena de Moraes
21 Lopes, Marisa Masumi Beppu, Matheus Alves Albino, Mirna Lúcia Gigante, Munir Salomão
22 Skaf, Nancy Lopes Garcia, Orival Andries Júnior, Osvaldir Pereira Taranto, Pascoal José Giglio
23 Pagliuso, Patrícia Kawaguchi Cesar, Paulo Adriano Ronqui, Paulo César Montagner, Paulo
24 Régis Caron Ruffino, Rachel Meneguello, Renê José Trentin Silveira, Roberto Luiz do Carmo,
25 Robson Bomfim Sampaio, Rodrigo Ramos Catharino, Rosmari Aparecida Ribeiro, Samuel
26 Rocha de Oliveira, Sávio Machado Cavalcante, Silvia Maria Santiago, Teresa Dib Zambon
27 Atvars e Vanessa Petrilli Bavaresco. Como convidados especiais, compareceram os
28 professores: Cláudia Regina Cavaglieri, José Antônio Rocha Gontijo, Marco Aurélio Pinheiro
29 Lima, Maria Silvia Viccari Gatti, Néri de Barros Almeida, Newton Cesario Frateschi, Shirlei
30 Maria Recco Pimentel e Teresa Celina Meloni Rosa; os doutores Andrei Vinicius Gomes
31 Narcizo, Fernanda Lavras Costallat Silvado e Octacílio Machado Ribeiro; e os senhores Aauto
32 Bezerra Delgado Filho, Gilmar Dias da Silva e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência
33 à Sessão os seguintes conselheiros: Álvaro Gabriel Bianchi Mendez, sendo substituído pelo
34 conselheiro Roberto Luiz do Carmo; Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho, sendo substituído pelo
35 conselheiro Márcio Antônio Cataia; Renato Falcão Dantas, sendo substituído pelo conselheiro
36 Leonardo Lorenzo Bravo Roger; Fernando Cendes, sendo substituído pelo conselheiro
37 Christiano Lyra Filho; Alexandre Leite Rodrigues de Oliveira, sendo substituído pela
38 conselheira Silvia Maria Santiago; Fernando Antonio Santos Coelho, sendo substituído pelo
39 conselheiro Luiz Carlos Kretly; Francisco Hideo Aoki; Elaine dos Santos José, sendo
40 substituída pelo conselheiro Guilherme Gonçalves Capovilla; e Claudiney Rodrigues Carrasco,

1 sendo substituído pelo conselheiro Carmino Antonio de Souza. Havendo número legal, o
2 MAGNÍFICO REITOR dá início à Centésima Sexagésima Nona Sessão Ordinária do Conselho
3 Universitário da Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma virtual, o que se
4 justifica pela necessidade de manter o isolamento social diante da pandemia de Covid-19. Está
5 na sala do Conselho Universitário, com uma equipe mínima para viabilizar esta reunião, da
6 Secretaria Geral e da Assessoria de Comunicação, a quem agradece. Solicita a todos que
7 mantenham os microfones silenciados e informa que está recebendo inscrições para o
8 Expediente, que devem ser feitas por meio da ferramenta do Zoom que tem o símbolo de uma
9 mão. Em seguida, submete à apreciação a Ata da 3ª Sessão Extraordinária, realizada em 08 de
10 setembro de 2020, e a Ata da 168ª Sessão Ordinária, realizada em 29 de setembro e 06 de
11 outubro de 2020. O Conselheiro IGNACIO MARIA POVEDA VELASCO solicita correção
12 em sua fala na Ata da 168ª Sessão: às folhas 433, linhas 33, onde constou “coronel Garcia”
13 constar “vice-governador Rodrigo Garcia”. Não havendo mais observações, submete à votação
14 as referidas Atas, que são aprovadas com 03 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 19 itens,
15 da qual já está destacado pela Mesa o item 01 – Proc. nº 01-P-1300/1967 –, minutas de
16 deliberações Consu que alteram os Estatutos e o Regimento Geral da Unicamp, e à e Ordem do
17 Dia Suplementar, da qual já estão destacados pela Mesa os itens 01 – Proc. nº 08-P-15855/2020
18 – concessão de título honorífico, 02 – Proc. nº 01-P-1300/1967 –, alterações no Regimento
19 Geral, e 03 – Proc. nº 01-P-14501/2001 –, normas de realização de concursos para o Título de
20 Livre-Docente. Pergunta se há destaques por parte dos conselheiros. O Conselheiro
21 FRANCISCO HAITER NETO destaca o item 05 da Ordem do Dia – Proc. nº 01-P-15604/2020
22 –, proposta de deliberação Consu. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS
23 destaca os itens 03 – Proc. nº 01-P-4289/2019 –, proposta de alteração de deliberação Consu;
24 07 – Proc. nº 01-P-17876/2020 –, proposta de deliberação Consu; e 10 – Proc. nº 01-P-
25 3749/1975 –, do Colégio Técnico de Limeira. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU
26 destaca o item 04 da Ordem do Dia – Proc. nº 01-P-16095/2017 –, minuta de Deliberação
27 Consu. O Conselheiro LUIZ CARLOS KRETLY destaca o item 06 da Ordem do Dia – Proc.
28 nº 01-P-10342/2020 –, alteração de deliberação Consu. O Conselheiro LUIZ CARLOS
29 ZEFERINO destaca o item 11 da Ordem do Dia – Proc. nº 01-P-5665/1974 –, da Faculdade de
30 Ciências Médicas. Não havendo outros destaques, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação
31 os itens não destacados da Ordem do Dia e Ordem do Dia Suplementar, sendo aprovados com
32 04 abstenções os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: B – Pró-Reitoria de
33 Extensão e Cultura – ProEC – Para Aprovação – a) Comissão Central de Extensão – 02) Proc.
34 nº 01-P-12504/2020 – Proposta de Deliberação Consu que aprova o Regimento Interno da
35 Comissão Central de Extensão – CCE da Unicamp junto à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
36 – ProEC – Pareceres PG-2330/20, 3411/20 e 3706/2020 e CLN-66/2020. G – Composição do
37 Conselho Universitário – Eleições da Representação dos Servidores Técnico-Administrativos
38 e Discentes – Graduação junto ao Consu – Para Aprovação – 08) Proc. nº 01-P-8164/2020 –
39 Eleições da representação dos Servidores Técnico-Administrativos junto ao Consu, realizadas
40 nos dias 22 a 24.09.20, para mandato de 02 (dois) anos, a partir de 21.12.20 – Parecer PG-

1 3684/2020. 09) Proc. nº 01-P-8169/2020 – Eleições da representação discente da graduação
2 junto ao Consu e CCG, realizadas nos dias 20 a 22.10.20, para mandato de 01 (um) ano, a partir
3 de 1º.01.21 – Parecer PG-3708/2020. I – Recurso – Reconsideração de matrícula – Para
4 Deliberação – 12) Pedro Augusto Delgado Nascimento – FT – Recurso interposto pelo
5 interessado face à decisão da CCG contrária à solicitação de reconsideração de matrícula –
6 Deliberação CCG-10/20 (contrária), Pareceres PG-3394/20 e Cepe-11/2020. J – Pós-Graduação
7 – Para Aprovação – 13) Proc. nº 02-P-25824/2013 –, da Faculdade de Ciências Médicas –
8 Proposta de criação do Programa de Residência Médica em Área Profissional da Saúde – Física
9 Médica, com áreas de Concentração em Radioterapia, Radiodiagnóstico e Medicina Nuclear, a
10 partir do Catálogo de 2014 – Aprovada pela Congregação da FCM em 27.09.13 e 29.11.19,
11 homologada pela Congregação da FEEC em 30.09.13, pela Congregação do IFGW em 04.10.13
12 – Deliberação CCPG-88/20 de 07.10.20 e Parecer Cepe-09/2020. K – Proposta de Logotipo,
13 nos termos da Portaria GR-34/95 – Para Homologação – 14) do Instituto de Artes –
14 Homologação da aprovação dada *ad referendum* pelo GR, para o novo Logotipo do Instituto de
15 Artes – Aprovado pela Congregação em 30.04.20 – Despacho do Reitor nº 109/2020. L – Área
16 de Prestação de Serviços – Para Aprovação – a) Abertura – 15) Proc. nº 12-P-11540/2020, do
17 Colégio Técnico de Campinas – Área de Prestação de Serviços “Emissão de Pareceres em
18 Planos de Cursos Técnicos de Nível Médio”, cujo objetivo é prestar serviços de emissão de
19 pareceres sobre as propostas de cursos técnicos de nível médio, conforme credenciamento
20 obtido pelo Cotuca junto ao Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo –
21 Aprovação pela Congregação em 18.08.20 – Pareceres PG-2615/20, Conex e CAD-10/2020.
22 16) Proc. nº 06-P-8662/2020, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Área de Prestação
23 de Serviços “Microdissecção a Laser”, cujo objetivo é prestar serviços de: 1. Preparo de
24 amostras histológicas para o procedimento de microdissecção a laser (LCM); 2. Procedimento
25 de microdissecção a laser; 3. Preparo das amostras para análise molecular; 4. Cultura de células
26 – Homologação da aprovação *ad referendum* pela Congregação em 12.08.20 – Pareceres PG-
27 2405/20, Conex e CAD-11/2020. 17) Proc. nº 07-P-11479/2020, do Instituto de Biologia – Área
28 de Prestação de Serviços “Desenvolvimento e Implementação de Soluções Tecnológicas para
29 o Ensino de Ciências”, incluindo: 1. Soluções metodológica e tecnológica envolvendo
30 desenvolvimento de software e hardware para experimentação remota; 2. Serviços de design e
31 montagem de equipamentos para realização de atividades experimentais; 3. Licenças de acesso
32 aos sistemas de disponibilização de conteúdo on-line voltados ao ensino de ciências; 4.
33 Desenvolvimento e disponibilização de acesso a sistemas de avaliação de desempenho de
34 usuários das soluções tecnológicas voltadas ao ensino de ciências – Aprovação pela
35 Congregação em 21.08.20 – Pareceres PG-2867/20, Conex e CAD-12/2020. b) Alteração do
36 Escopo – 18) Proc. nº 36-P-5047/2016, da Faculdade de Ciências Aplicadas – Proposta de
37 revisão do escopo da Área de Prestação de Serviços “Aplicações de Geotecnologias e
38 Impressões em Grandes Formatos”, aberta na Faculdade de Ciências Aplicadas em 2016, para
39 a inclusão de novos serviços em razão da demanda gerada, incluindo os serviços de organização
40 e processamento de dados e editoração e disseminação de dados/resultados – Aprovação pela

1 Congregação em 05.08.20 – Pareceres PG-2645/20, Conex e CAD-13/2020. M – Convênio –
2 Para homologação da aprovação *ad referendum* do Reitor – 19) Proc. nº 07-P-21125/2019, do
3 Instituto de Biologia – Contrato de Pesquisa Iniciada pelo Investigador – Partes:
4 Unicamp/Funcamp e Biogen Brasil Produtos Farmacêuticos Ltda. – Executor: Leonilda Maria
5 Barbosa dos Santos – Data de Assinatura: 19.11.19 – Vigência: 01 ano – Recursos:
6 R\$181.338,00 – Resumo do Objeto: execução do Projeto de Pesquisa “Efeito da administração
7 de fumarato de dimetila sobre as células imunológicas da mucosa intestinal de camundongos
8 C57BL/6 com encefalomielite autoimune experimental” – Parecer: Cacc. Ordem do Dia
9 Suplementar: C – Prêmio de Reconhecimento Acadêmico em Direitos Humanos Unicamp-
10 Instituto Vladimir Herzog – Para Aprovação – 04) Proc. nº 01-P-17806/2020 – Proposta de
11 Deliberação Consu que institui o Prêmio de Reconhecimento Acadêmico em Direitos Humanos
12 Unicamp- Instituto Vladimir Herzog – Pareceres PG-3632/2020 e 3741/2020 e CLN-70/2020.
13 D – Planejamento Estratégico Institucional – Nos termos da Deliberação Consu-A-15/2001 –
14 Para Aprovação – 05) Proc. nº 01-P-18945/2020 – Relatório Final do Planejamento Estratégico
15 Unicamp 2021-2025 – Deliberação Copei-26/2020 e Ofício CGU-116/2020. O MAGNÍFICO
16 REITOR diz que fará uma inversão na ordem de discussão dos itens porque tanto o item 01 da
17 Ordem do Dia quanto o item 01 da Ordem do Dia Suplementar precisam de 2/3 dos votos, então
18 discutirão o item 01 da Ordem do Dia e depois o item 01 da Ordem do Dia Suplementar, e
19 depois parte para os demais itens destacados. Passa à discussão do item 01 item 1 – Proc. nº 01-
20 P-1300/1967 –, que trata de minutas de deliberações Consu que alteram os Estatutos e o
21 Regimento Geral da Unicamp, de acordo com proposta apresentada pela CGU: nos Estatutos,
22 revogações: artigo 32, parágrafo único; artigo 65; artigo 92, incisos I e II; artigo 100, parágrafo
23 único; artigo 101, §§ 1º a 4º; artigo 113; artigo 114; artigo 124, inciso II; artigo 125, incisos I a
24 V; artigo 157; artigo 167; artigo 168. Alterações: artigo 8º; “Capítulo II. Do Hospital de
25 Clínicas”; artigo 9º, *caput*; artigo 32, *caput*; artigo 66; artigo 71; artigo 82; artigo 92, *caput*;
26 artigo 93; artigo 100, *caput*; artigo 101, *caput*; artigo 102; artigo 125, *caput*; artigo 126.
27 Inclusões: artigo 9º – inclusão dos §§ 1º e 2º; artigo 101 – inclusão do parágrafo único. No
28 Regimento Geral, revogações: artigo 32, parágrafo único; artigo 125; artigo 159, incisos I e II;
29 artigo 194; artigo 195; artigo 206, inciso II; artigo 207, incisos I a V; artigo 247; artigo 260.
30 Alterações: artigo 9º, *caput*; “Capítulo II. Do Hospital de Clínicas”; artigo 10, *caput*; artigo 32,
31 *caput*; artigo 126; artigo 132; artigo 145; artigo 159, *caput*; artigo 160, *caput*; artigo 168; artigo
32 166, *caput*; artigo 207, *caput*. Inclusões: artigo 10 – inclusão dos §§ 1º e 2º; artigo 166 – inclusão
33 do § 8º. Solicita à professora Teresa que faça os esclarecimentos iniciais. A Conselheira
34 TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que, seguindo procedimentos que têm sido feitos
35 praticamente a cada reunião do Conselho Universitário, estão trazendo alterações no sentido de
36 tentar rever os Estatutos da Universidade, torná-lo mais moderno, remover coisas que não usam
37 mais, em alguns casos que nunca usaram, e desburocratizar um pouco a Universidade passando
38 assuntos que hoje são estatutários, no âmbito das atividades do Conselho Universitário, para
39 câmaras inferiores, em particular Cepe, CAD e as comissões centrais de graduação, pós-
40 graduação, e assim por diante. Também estão eliminando redundâncias, ou seja, assuntos que

1 já foram modificados no âmbito dos Estatutos, mas que constam de outros artigos dos Estatutos
2 na forma original. Em muitos casos, a redação é exatamente aquela que foi discutida
3 amplamente pela Universidade no GT presidido pela professora Rachel Meneguello, que está
4 chamando “o GT de 2015”. Às vezes com coincidência de redação, às vezes com pequenas
5 alterações. E também revogações de muitos dos artigos na direção do trabalho já realizado pelo
6 GT de 2015. Coloca-se à disposição para discutir algum assunto que não tenha ficado claro no
7 âmbito das justificativas que foram colocadas pela CGU. A Conselheira HELOISE DE
8 OLIVEIRA PASTORE agradece à professora Teresa por esse enorme trabalho que está sendo
9 feito. O artigo 8º da proposta trata de alterar o artigo 82 dos Estatutos da Unicamp, que
10 estabelece que os departamentos elaborariam os planos de trabalho e distribuiriam os encargos
11 de ensino e pesquisa. Na proposta, foram acrescentadas extensão e administração aos docentes
12 de departamento. Tiveram enormes discussões, em duas sessões do Consu, a respeito de um
13 determinado departamento. Naquele momento, foi dito que os departamentos eram núcleos
14 dedicados normalmente à didática, distribuição das cargas e controle do que acontecia em toda
15 a Universidade. Mencionou em sua fala que a pesquisa poderia muito bem ser reorganizada em
16 outro tipo de agrupamento de acordo com sua similaridade e suas afinidades entre colegas e
17 suas pesquisas. No Instituto de Química, os departamentos atribuem encargos de docentes e de
18 administração; é nos departamentos que decidem quem faz parte de que comissões etc., mas ao
19 menos no Instituto de Química nunca foi entregue encargo de pesquisa a um docente, nem de
20 extensão. Então, talvez se não agora, em algum momento, pensassem esse artigo em que está
21 sendo proposta a mudança, mormente porque em seguida a ele vem a descrição do que são os
22 encargos entregues, e de 10 ou 11 itens descritos apenas um deles se refere à pesquisa, e ela
23 também não é verdadeira, ao menos no Instituto de Química, onde não há entrega de pesquisa.
24 Não sabe como é feito em outras unidades, então solicita algum esclarecimento se isso é típico
25 do Instituto de Química ou a razão pela qual isso foi colocado dessa forma. A Conselheira
26 MIRNA LÚCIA GIGANTE diz que em relação à distribuição de atividade didática pelos
27 departamentos, percebem que hoje caminham para coisas diferentes. Por exemplo, na FEA,
28 toda distribuição de aulas é centralizada na secretaria de graduação, com equalização de carga
29 horária, desvios padrões iguais em termos das cargas horárias, então os departamentos passam
30 a ter uma função muito mais administrativa e muito pouco acadêmica. Acha que essa é uma
31 questão que talvez devesse ser pensada. Hoje na FEA os departamentos não têm a função de
32 trabalhar com a questão de carga horária de docente nem disciplina; não caracterizam uma
33 disciplina como sendo de um ou outro departamento. É possível que isso seja diferente em
34 outros cursos de graduação, com os departamentos muito caracterizados em função desses
35 cursos. Mas acha que vale uma reflexão a respeito desse caminho que a própria Pró-Reitoria de
36 Graduação direcionou à organização da secretaria. O MAGNÍFICO REITOR diz que não
37 podem agora particularizar, porque cada unidade tem a sua característica, sua maneira de
38 trabalhar, sua cultura. Então, o ideal é que a legislação da Universidade permita que cada
39 unidade mantenha a sua estrutura e a sua prática efetiva. A Conselheira RACHEL
40 MENEGUELLO diz que a ideia de que existam atribuições de pesquisa dadas ao docente pelo

1 departamento já está nos Estatutos há muitas décadas. Isso não inviabilizou o trabalho de
2 pesquisa dos docentes com a liberdade que se quer ter, com a organização que se quer ter, seja
3 dentro do departamento, seja com núcleo de pesquisas, seja uma pesquisa paralela. Então, na
4 verdade, não sabe se é o caso de retirar a pesquisa, porque o departamento precisa ter esse
5 caráter também. Ele não precisa delegar funções de pesquisa, mas dar atribuição dessa atividade
6 para os docentes. Estes fazem relatórios, os novos colegas entregam seus projetos de pesquisa,
7 todos que fazem algum concurso para um cargo aqui têm um projeto de pesquisa aprovado.
8 Tem a impressão de que é disso que se trata nos Estatutos. Não sabe se é o caso de esmiuçar
9 isso para que não pareça que o departamento está ingerindo a vida da pesquisa do docente, mas
10 isso já estava e nunca atrapalhou a vida dos docentes para fazer os seus trabalhos acadêmicos,
11 de pesquisa e de investigação. Cabe à professora Teresa verificar se nesse trabalho que ela veio
12 fazendo isso apareceu ou não como um problema. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE
13 diz que concorda com a não particularização, mas quando se trabalha não com esse caráter em
14 termos da distribuição de disciplina, ficam sem atender os Estatutos só trabalhando com a
15 secretaria de graduação. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE diz, dando
16 continuidade ao que falou a professora Mirna, que existem expressões que podem ser
17 adicionadas ao parágrafo que não vão causar grande mudança nem esmiuçamento, e que vão
18 declarar que, embora não sigam exatamente isso, não estão fora do regimento. Então poderia
19 se adicionar “segundo sua prática”, “segundo sua tradição”, qualquer expressão que flexibilize
20 aqueles institutos ou faculdades que não obedecem estritamente ao que está escrito no
21 Regimento. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que a redação foi
22 modificada apenas com a introdução do termo “administração”; todo o restante permanece
23 igual. Acha que precisam ter uma interpretação de largo espectro, não de curto espectro. Por
24 exemplo, quando um departamento aprova a ida de um professor a um congresso no exterior,
25 ele está tratando de assunto de natureza administrativa, mas também de natureza da pesquisa
26 do professor. Então, o espírito dos Estatutos não é o de controle sobre a liberdade de cátedra e
27 sobre a capacidade do professor de criar, de produzir, de definir as suas linhas de atuação, mas
28 sim de facilitar justamente o trabalho acadêmico. A mesma coisa vale para o ensino: naquelas
29 unidades em que já está estabelecido que a atividade de ensino de graduação é uma atribuição
30 da coordenação de graduação, o departamento tem uma certa ingerência. Não que ele vá definir
31 a disciplina que será ministrada nesses casos em que a comissão de graduação tenha atribuição,
32 mas sim quantas horas de aula aquele professor vai dar naquele semestre, se a licença sabática
33 vai ser permitida ou não, se a licença prêmio vai ser concedida ou não, tudo isso interfere com
34 o assunto “carga didática”. A Unicamp é muito diversa, e acha que os planos de trabalho dos
35 departamentos, na forma como eles estão constituídos hoje, interferem com todas as atividades
36 de forma diferente em cada caso, mas interferem. Por exemplo, se for concedida licença-prêmio
37 a um professor, significa que as atividades didáticas serão distribuídas entre outros professores,
38 ou do departamento ou de fora dele. Então, acha que essa linguagem é plenamente coerente
39 com a prática em cada um dos ambientes de trabalho, que são sim muito diferenciados, em
40 alguns casos o departamento é mais temático mesmo e, portanto, tem a sua prática, e em outros

1 ele é mais aberto, portanto, tem outra prática. A redação que foi dada na proposta apenas
2 introduz o assunto da administração, as atividades administrativas, na redação que havia sido
3 proposta pelo GT de 2015. Mas respeitada toda liberdade de cátedra nas atividades de pesquisa,
4 de extensão, e assim por diante. Para as atividades de extensão é a mesma coisa, o departamento,
5 em um certo momento, autoriza a fazer; ele não controla a liberdade de como fazer, mas ele
6 autoriza. O papel dos departamentos é um tema sobre o qual acha que a Unicamp tem de refletir;
7 atribuições, restrições, novas configurações, é um assunto que está em permanente debate em
8 todas as universidades. Mas a mudança que estão fazendo aqui é pontual, apenas introduz a área
9 de administração nas atividades normais da vida do docente. A Conselheira CLÁUDIA MARIA
10 BAUZER MEDEIROS diz que está olhando a tabela comparativa, e com relação ao artigo 101,
11 que dispõe sobre concurso de professor titular, na coluna de Estatutos propostos, está revogado,
12 e no caso do Regimento, não parece estar. Só deseja ter certeza de que a sua interpretação dessas
13 duas colunas está correta, do artigo 101 e em paralelo do artigo 166 do Regimento. A
14 Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARIS esclarece que estão retirando dos Estatutos,
15 mas mantendo no Regimento Geral. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR
16 submete à votação a matéria, de forma nominal; os favoráveis à mudança devem dizer “sim” e
17 os contrários devem dizer “não”: O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE sim. A
18 Conselheira ADRIANA NUNES FERREIRA sim. O Conselheiro ALBERTO LUIZ
19 FRANCATO sim. O Conselheiro ALBERTO LUIZ SERPA sim. A Conselheira SILVIA
20 MARIA SANTIAGO sim. O Conselheiro ÁLVARO DE OLIVEIRA D’ANTONA sim. O
21 Conselheiro ROBERTO LUIZ DO CARMO sim. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE
22 ROCHA sim. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI sim. O Conselheiro
23 ANDRÉ VICTOR LUCCI FREITAS sim. O Conselheiro ANGEL PONTIN GARCIA sim. A
24 Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA sim. O Conselheiro ANTONIO
25 CARLOS BANNWART sim. O Conselheiro ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELES
26 sim. O Conselheiro CARLOS ALBERTO RODRIGO DA SILVA sim. A Conselheira
27 CLÁUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS sim. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO
28 abstenção. O Conselheiro EDSON TOMAZ sim. O Conselheiro EDUARDO GURGEL DO
29 AMARAL sim. O Conselheiro GUILHERME GONÇALVES CAPOVILLA sim. A
30 Conselheira ELIANA MARTORANO AMARAL sim. O Conselheiro ERICH VINÍCIUS DE
31 PAULA sim. A Conselheira ESTER DE PAULA MORAES abstenção. O Conselheiro LUIZ
32 CARLOS KRETLY sim. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA
33 HASHIMOTO sim. O Conselheiro CHRISTIANO LYRA FILHO sim. O Conselheiro
34 FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO sim. O Conselheiro FRANCISCO
35 HAITER NETO sim. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE sim. A Conselheira
36 HELOISE OLIVEIRA PASTORE sim. O Conselheiro IGNÁCIO MARIA POVEDA
37 VELASCO sim. O Conselheiro JEFFERSON CANO sim. O Conselheiro JOÃO FREDERICO
38 DE COSTA AZEVEDO MEYER sim. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA MORAES
39 ABREU sim. O Conselheiro JOÃO PAULO FERREIRA BERTACCHI sim. O Conselheiro
40 JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA sim. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE

1 DINIZ sim. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA sim. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO
2 RIBEIRO sim. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL sim. O Conselheiro LUCAS
3 MARQUES DE ALMEIDA abstenção. O Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO sim. O
4 Conselheiro MARCO AURÉLIO ZEZZI ARRUDA sim. A Conselheira MARIA HELENA
5 BAENA MORAES LOPES sim. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU sim. O
6 Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO sim. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE
7 sim. O Conselheiro MUNIR SALOMÃO SKAF sim. A Conselheira NANCY LOPES GARCIA
8 sim. O Conselheiro ORIVAL ANDRIES JÚNIOR sim. O Conselheiro OSVALDIR PEREIRA
9 TARANTO sim. O Conselheiro PASCOAL JOSÉ GIGLIO PAGLIUSO sim. A Conselheira
10 PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR sim. O Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI sim. O
11 Conselheiro PAULO CÉSAR MONTAGNER sim. O Conselheiro PAULO RÉGIS CARON
12 RUFFINO sim. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO sim. O Conselheiro RENÊ JOSÉ
13 TRENTIN SILVEIRA sim. O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO abstenção. O
14 Conselheiro RODRIGO RAMOS CATARINO sim. A Conselheira ROSMARI APARECIDA
15 RIBEIRO sim. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA sim. O Conselheiro SÁVIO
16 MACHADO CAVALCANTE sim. O Conselheiro MÁRCIO ANTONIO CATAIA sim. A
17 Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS sim. A Conselheira VANESSA PETRILLI
18 BAVARESCO sim. O MAGNÍFICO REITOR informa que o item foi aprovado com 62 votos
19 favoráveis e 04 abstenções. Precisavam ter 52 votos favoráveis para alcançar os 2/3. Passa ao
20 item 01 da Ordem do Dia Suplementar – Proc. nº 08-P-15855/2020 –, que trata da proposta de
21 concessão do Título de Professor Emérito, nos termos dos artigos 158 e 159 dos Estatutos da
22 Unicamp, ao professor doutor Carlos Henrique de Brito Cruz. Para homologação: designação
23 de comissão especial composta pelos Profs. Drs. Ronaldo Aloise Pilli (presidente), Carola
24 Dobrigkeit Chinellato e Paulo Arruda; para aprovação: proposta de concessão do Título de
25 Professor Emérito apresentada pelo Departamento de Eletrônica Quântica do Instituto de Física
26 “Gleb Wataghin”. Solicita ao professor Pascoal que faça os comentários iniciais. O Conselheiro
27 PASCOAL JOSÉ GIGLIO PAGLIUSO endossa publicamente a solicitação de atribuição de
28 professor emérito ao professor Brito Cruz, que, conforme descrito na documentação enviada,
29 tem contribuições extraordinárias em todas as áreas que se espera de um docente na Unicamp.
30 Como docente pesquisador, ele tem contribuições para áreas de fenômenos ultrarrápidos e
31 comunicações óticas, que são referências internacionais com inúmeras citações, prêmios
32 acadêmicos, tanto no Brasil quanto no exterior, um grande número de alunos orientados, todos
33 eles muito bem-sucedidos na carreira. Há contribuições na área de graduação também, como a
34 liderança, quando ele foi diretor, da criação do curso de Física Médica no Instituto, que tem
35 bastante sucesso. Em seguida, ele também foi Reitor, foi Pró-Reitor de Pesquisa, com inúmeras
36 contribuições, e nos últimos anos dedicou toda sua carreira à diretoria científica da Fapesp,
37 onde a sua contribuição para a ciência brasileira paulista e para a Unicamp também foi
38 extraordinária. Como pequenos exemplos, cita a criação dos programas de jovens
39 pesquisadores, que beneficiam até hoje inúmeras unidades da Unicamp, o apoio aos projetos
40 temáticos e a criação da reserva técnica institucional, recurso esse cuja importância para as

1 unidades os diretores conhecem bem. O reconhecimento do professor Brito transcende o país,
2 ele tem diversos prêmios internacionais e é reconhecido em diversas entidades de pesquisa no
3 mundo inteiro. Acha que sua trajetória fala por si só, então solicita aos conselheiros que
4 endossem esse pedido e se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais. O
5 Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA diz que, em que pese sua história
6 de representação, o que na maioria das vezes os colocava de lados opostos, do ponto de vista
7 das discussões administrativas, o professor Brito é uma liderança política e, ao mesmo tempo,
8 uma liderança científica extremamente relevante. Isso atribui um papel importante à
9 Universidade, que está carecendo de lideranças que componham esses dois aspectos; elas já
10 estiveram mais presentes na Universidade. Portanto, acha extremamente justo esse
11 reconhecimento por tudo o que ele fez pela Universidade. O Conselheiro ANTONIO JOSÉ DE
12 ALMEIDA MEIRELLES diz que acompanhou de perto nas realizações do professor Brito a
13 atuação na geração de pesquisas e na implementação de pesquisas na área de Bioenergia. Uma
14 iniciativa que começou há muito tempo na Fapesp e que angariou o apoio do governo do estado,
15 depois uma ação conjunta com as três universidades e deu início, inclusive, ao curso de pós-
16 graduação, primeiro curso integrado das três universidades, que é o curso de doutorado em
17 Bioenergia. Acha que foi uma ação bastante importante da Fapesp, que contou muito com a
18 iniciativa do professor Brito, e que tem um impacto grande na ação tecnológica junto aos setores
19 industriais do estado de São Paulo. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARIS diz que,
20 como é bastante antiga na Universidade, conhece o professor Brito da época em que ele usava
21 sandálias havaianas e rabo de cavalo. Ele tem uma trajetória bastante diferenciada na
22 construção não só de modelos de ciência e de tecnologia de modo mais recente, mas também
23 na construção da própria Universidade. Lembra dos trabalhos na eletrônica quântica nos
24 primórdios da Universidade, com laser de CO₂, e o professor Brito, mesmo muito jovem,
25 exercia uma enorme liderança científica já naquela ocasião. Teve a sua trajetória acadêmica e
26 científica reconhecida no Brasil e no exterior, sem dúvida nenhuma, um grande líder, teve uma
27 carreira administrativa muito inovadora. Na Pró-Reitoria de Pesquisa, criou diversas atividades
28 relevantes para a Unicamp, que nunca mais puderam aprofundar, por várias razões, por
29 exemplo, os orçamentos qualificados; as primeiras propostas de orçamentos qualificados foram
30 criadas por ele na Pró-Reitoria de Pesquisa. Essa sua capacidade de inovação sempre esteve
31 presente em todos os momentos da sua trajetória, e acha que por isso mesmo o título é muito
32 merecido. Na Fapesp não foi diferente, esses projetos tripartites, entre Universidade, empresa
33 e Fapesp, foram uma criação muito bem-sucedida, e hoje há na Unicamp e nas outras
34 universidades estaduais paulistas inúmeros projetos com agentes públicos e empresas que são
35 tripartites, criando essa questão que ele sempre colocava: precisa haver pesquisa também na
36 empresa, e para isso precisam ter uma integração mais robusta. O professor Brito, além da
37 contribuição científica e acadêmica, também tem uma contribuição como gestor de sistema
38 nacional de ciência e tecnologia extremamente relevante. Então, apoia integralmente a proposta
39 do IFGW, pois o professor Brito é muito merecedor. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO
40 destaca a contribuição e a sensibilidade do professor Brito para a área das Ciências Humanas.

1 Na pró-reitoria, mas sobretudo na Fapesp, contribuindo para que a Unicamp e as outras
2 universidades tivessem um apoio muito grande. Essa sensibilidade que hoje terminou no
3 governo federal, que não existe mais nas outras agências financiadoras, à exceção da Fapesp,
4 talvez por legado até da própria intervenção que ele fez, dando valor importante à produção e
5 ao financiamento das iniciativas da área. Isso é muito importante, as Ciências Humanas se
6 valeram bastante desse apoio para o seu crescimento, para o seu desenvolvimento. Não
7 conheceu o professor Brito quando ele usava sandálias havaianas, mas quando ele era pró-
8 reitor, e acha que a contribuição dele aqui na Universidade sempre foi muito importante; e como
9 gestor da ciência e tecnologia, como gestor das iniciativas e do apoio às iniciativas em todas as
10 ciências, em todas as áreas, esse prêmio realmente é muito bem-vindo e declara seu apoio. O
11 Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que considera muito oportuna a proposta do
12 Instituto de Física, para que efetivamente coloquem em destaque a participação do professor
13 Brito, não só no âmbito da Unicamp, mas também na ciência do Estado de São Paulo e do
14 Brasil. Recorda-se da presença do professor Brito no meio científico nacional há pelo menos
15 30 anos. Portanto, é uma pessoa que se dedicou ao desenvolvimento e à consolidação das
16 perspectivas administrativas do desenvolvimento científico da Unicamp e do Estado de São
17 Paulo. Sua atuação na Fapesp durante 20 anos foi bastante importante, com uma visão crítica e
18 de longo prazo da ciência, o que é absolutamente essencial. Algo que acha que o professor Brito
19 não fez no âmbito da Fapesp, mas que lhe parece absolutamente essencial que possam pensar
20 nesta possibilidade, inclusive no âmbito do Conselho Universitário, de fazer uma proposta neste
21 sentido, é que os cargos da Fapesp, sobretudo de diretor científico, tenham uma renovação que
22 seja feita mais amíu-de. Vinte anos, 15, 16 anos é um tempo longo demais; acha que a renovação
23 científica das lideranças é absolutamente importante para que haja uma perspectiva, uma visão
24 diferente e mais colocada nas perspectivas atuais. Por isso considera muito oportuna a proposta
25 do Instituto de Física, com a qual concorda plenamente. O Conselheiro MUNIR SALOMÃO
26 SKAF diz que, como Pró-Reitor de Pesquisa, não poderia deixar de se manifestar. Endossa as
27 palavras de todos que lhe antecederam, e acrescentará alguns feitos do professor Brito: no
28 âmbito da Unicamp, basta mencionar a criação da Inova e do Faepex, que representam uma
29 pequena parte do legado deixado pelo professor Brito e a marca que ele imprimiu na
30 Universidade. Sempre primando pela excelência, não importa em qual seja a área, em qual seja
31 o setor. É uma pessoa de raciocínio e inteligência extremamente aguçadas, contundente e ágil
32 e sempre disposta a ajudar e a contornar os problemas. Todas as vezes que surgiu alguma
33 dificuldade ou alguma necessidade de algum apoio, sempre encontraram nele um caminho fácil,
34 trilhado, é como se tirassem as vendas dos olhos e se perguntassem por que não havia pensado
35 naquilo antes; é claro, porque não têm a cabeça do professor Brito. Então é um prazer muito
36 grande ver o Instituto de Física propor esta homenagem, aliás, Instituto no qual ele mesmo se
37 formou e a quem muito deve. É um enorme prazer apoiar esta homenagem, mais do que
38 merecida, ao professor Brito. A Conselheira CLÁUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz
39 que o professor Brito saiu oficialmente da Fapesp há alguns meses, no início da pandemia, e
40 havia sido organizado, se não fosse a pandemia, um evento de saída com a tomada de posse.

1 Para esse evento viriam líderes de pesquisa e diretores científicos das principais agências de
2 fomento do mundo, que também escreveram testemunhos, com os quais foi feito até um livro,
3 homenageando o professor Brito pela sua atuação internacional em prol da ciência e tecnologia.
4 Não são apenas os muitos prêmios, muitos cargos, os muitos reconhecimentos; esse é um
5 reconhecimento adicional de líderes de gestão de pesquisa do mundo inteiro que viriam ao
6 Brasil apenas homenageá-lo, tanto dos Estados Unidos quanto da Europa. O MAGNÍFICO
7 REITOR ressalta a importância desse título honorífico ao professor Brito, a quem conhece
8 desde que foi estudante no Instituto de Física na década de 1980. Depois teve o prazer de
9 trabalhar com ele, quando foi diretor do Instituto de Física pela segunda vez, como coordenador
10 associado de graduação. O professor Brito foi um dos responsáveis pelo início de sua carreira
11 administrativa na Universidade. O professor Munir já comentou, e também se lembra de que
12 no momento em que ia até o professor Brito mostrar alguma coisa, ele imediatamente conseguia
13 identificar onde estava o problema, a falha; ele tem realmente um olhar de lince, sempre
14 identificando potenciais problemas, mas também apontando já soluções, ideias bem criativas e
15 bem importantes. Ele realmente o ensinou muito em muitos aspectos de como gerenciar, de
16 como lidar com as questões administrativas, e sempre foi uma referência. Então é com muita
17 alegria que tem a possibilidade de presidir um Conselho Universitário que está discutindo este
18 título para o professor Brito. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que
19 é aprovada com 65 votos favoráveis e 03 abstenções. Parabeniza o professor Brito. O
20 Conselheiro PASCOAL JOSÉ GIGLIO PAGLIUSO solicita quebra de protocolo para que os
21 conselheiros abram os microfones e deem uma salva de palmas para o professor Brito, que é
22 concedida pelo senhor Reitor. O MAGNÍFICO REITOR passa à discussão do item 03 da Ordem
23 do Dia – Proc. nº 01-P-4289/2019 –, que trata de proposta de alteração da Deliberação Consu-
24 A-17/2019, que dispõe sobre a criação das Diretorias de Extensão – DExt e de Cultura – DCult,
25 junto à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – ProEC, e o Conselho de Cultura – Concult da
26 Unicamp. O assunto foi destacado pela professora Claudia Bauzer. A Conselheira CLÁUDIA
27 MARIA BAUZER MEDEIROS solicita esclarecimento ao professor Hashimoto sobre quais
28 são exatamente os itens que estão em questão; sabe que estão talvez regulamentando essas
29 diretorias, mas não entendeu muito bem quais são as modificações introduzidas. O Conselheiro
30 FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que estão reformulando a
31 ampliação do Conselho, com uma regulamentação um pouco mais ampla. Basicamente é essa
32 a modificação grande. As outras modificações são alinhamentos com as alterações feitas nos
33 Estatutos da Universidade. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete
34 à votação a matéria, que é aprovada com 62 votos favoráveis e 03 abstenções. Antes de
35 continuar a discussão dos itens, recebeu agora a informação de que vários sistemas estão com
36 problema na Unicamp, estão com instabilidade em alguns serviços corporativos, entre eles a
37 autenticação central, Office 365 e a nuvem Unicamp. A equipe técnica da CCUEC já está
38 trabalhando para solucionar, mas isso pode provocar instabilidades e falhas em alguns sistemas.
39 Em particular, estão com a votação dos representantes da pós-graduação neste momento, que
40 aparentemente, por causa da questão da autenticação do E-voto, não está funcionando. Estão

1 solicitando ao pessoal do CCUEC urgência na resolução desse problema. Passa à discussão do
2 item 04 da Ordem do Dia – Proc. nº 01-P-16095/2017 –, que trata de minuta de deliberação
3 Consu que estabelece normas internas para o reconhecimento de empresas juniores e disciplina
4 sua relação com a Universidade Estadual de Campinas. O assunto foi destacado pela professora
5 Marisa. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que considera essa deliberação
6 extremamente importante, há tempos precisavam reconhecer, oficializar as empresas juniores
7 como parte importante, como parte do ecossistema de formação mais holística dos alunos.
8 Então, é uma etapa muito importante. Sua dúvida é de caráter operacional: sabem que existe já
9 um corpo bastante expressivo de empresas juniores; especificamente na Engenharia Química
10 elas existem há quase 30 anos. O artigo 27 estabelece que as já existentes também vão passar
11 por esses trâmites de aprovação para oficializar, então pergunta como ocorrerá essa transição
12 da oficialização do que já existe, se passa pelos mesmos trâmites e passa pela congregação. O
13 Professor NEWTON CESÁRIO FRATESCHI responde que sim. Realmente as empresas filhas
14 têm um papel preponderante na formação holística dos alunos, usando as palavras da professora
15 Marisa. A lei 13.267, de 2016, já regulamentou e não tinham isso acertado dentro da
16 Universidade, por vários aspectos jurídicos, a presença deles aqui, a questão também ligada
17 muitas vezes aos trabalhos que eles fazem, tanto de serviço, mas às vezes de desenvolvimento
18 que envolvem questões de propriedade intelectual, então é importante que estivessem
19 trabalhando junto com a Inova. Em particular, teve contato com a Confederação Brasileira de
20 Empresas Juniores e agora estão trabalhando muito junto com o senhor Leonardo Rodrigues,
21 que é quem lidera o Núcleo das Empresas Juniores da Região de Campinas. Perceberam que
22 seria muito importante regulamentar isso para o bem da Unicamp, das empresas juniores e das
23 suas ações. Há 22 empresas dessas hoje, e que até o momento já faturaram R\$1,3 milhão, sendo
24 responsáveis por uma porcentagem razoável dos recursos gerados pelas empresas juniores do
25 Brasil. Em particular no Estado de São Paulo, elas correspondem a 16%, são realmente muito
26 importantes. Algumas dessas empresas deram origem a empresas como o grupo Movable, por
27 exemplo. Portanto, é muito importante regulamentar. E também não só do ponto de vista da
28 presença deles, da ocupação do espaço, da questão de propriedade intelectual quando for o caso,
29 acha que isso está muito bem alinhado e é muito importante para a Universidade e para eles.
30 Essa pergunta da professora Marisa é bastante pertinente porque há um conjunto de itens que
31 elas devem cumprir para ficar regulamentadas, e a maior parte dessa documentação já é exigida
32 todos os anos. Com exceção das novas empresas, e inclusive este ano duas novas sendo criadas
33 na Unicamp, o próprio núcleo entrega essa documentação. Do ponto de vista de algum desses
34 documentos que estão no artigo 5º, por exemplo, uma aprovação na congregação basta. É
35 preciso passar pelos mesmos processos, mas não é que ele tenha de ser aprovado novamente,
36 não sabe se isso precisa ser explícito. Existem algumas em atividade há quase 30 anos, e é muito
37 importante que se regule, inclusive é de interesse delas próprias que fique tudo
38 regulamentado. Então, basicamente a adequação é passar por aqueles itens que são exigidos ali,
39 dentre os quais a documentação que tem de ser aprovada na congregação. É importante que
40 estejam regulamentando isso e que estejam trabalhando junto com o núcleo de empresas

1 juniores de Campinas. O MAGNÍFICO REITOR observa que o artigo 27, em seu parágrafo
2 único, estabelece que todas as empresas têm um ano para preencher os requisitos e se adequar
3 a essa regulamentação. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que no
4 capítulo V desta regulamentação proposta, da participação docente, chamou sua atenção o fato
5 de ser previsto um professor supervisor geral para a empresa júnior como um todo. A empresa
6 júnior do Instituto de Economia é bastante atuante, já é bem antiga, acha que já tem quase 30
7 anos, e o que tem conhecimento é de que há professores orientando, supervisionando projetos
8 específicos. Pergunta se isso é uma alteração, até para comunicar a eles, porque não tem certeza
9 se atualmente funciona assim. É uma dúvida pontual se essa previsão de um supervisor geral
10 docente, inclusive submetido às exigências de prestação de serviço, é novidade ou não. O
11 Conselheiro JEFFERSON CANO diz que teve uma dúvida na leitura dessa regulamentação,
12 que de fato está formalizando uma prática que já existe, exigências que realmente essa empresa
13 júnior já tem de reapresentar a cada ano, mas há um termo que acha que abre espaço para uma
14 interpretação muito restritiva, sobre atividades voltadas para o desenvolvimento de novos
15 produtos, serviços ou processos. Sua dúvida é quanto a esse “novos”, porque entende que o
16 objetivo de uma empresa júnior, na qualificação dessa formação do estudante mais próximo ao
17 mercado de trabalho, não necessariamente significa o desenvolvimento de um novo processo.
18 Talvez sua interpretação esteja equivocada, mas faz uma ressalva quanto a essa palavra. Na
19 verdade, entende que uma empresa júnior pode oferecer serviços que não tratam exatamente de
20 uma inovação, mas de algo que já está presente no mercado. O MAGNÍFICO REITOR diz que
21 sempre que se contrata uma empresa para fazer algo, mesmo que o processo já seja conhecido,
22 ele é um processo novo, é um desenvolvimento novo, é um serviço novo. Então, talvez seja um
23 pouco redundante e desnecessário mencionar, mas acha que não compromete a resolução em
24 si. Solicita ao professor Newton que ele responda à questão do professor André. O Professor
25 NEWTON CESÁRIO FRATESCHI diz que a própria lei das empresas juniores determina que
26 precisa haver um professor responsável pela empresa júnior, tal como está colocado na
27 deliberação. Então isso já é previsto, já existia. Também pode acontecer de alguns projetos
28 específicos terem um professor mais ligado, mas todas precisam ter um professor responsável.
29 Quanto à questão de “novos”, concorda com o que o professor Marcelo falou, mas é mais do
30 que isso, porque há várias coisas que as empresas juniores podem fazer de prestação de serviço,
31 e naquele artigo em particular se referem ao caso de haver um desenvolvimento de algo que é
32 realmente desenvolvimento científico, que pode envolver propriedade intelectual. Todas as
33 outras coisas que envolvem a formação, tal qual o professor Jefferson mencionou, já estão
34 ocorrendo e continuarão a ocorrer. No caso específico de haver coisas novas que podem
35 envolver propriedade intelectual, isso está contemplado nesse artigo, com um amparo da
36 Agência de Inovação para protegê-los do ponto de vista de propriedade intelectual. O
37 Conselheiro ANTONIO CARLOS BANNWART diz que fará um pequeno adendo, para
38 valorizar as iniciativas dos alunos de graduação, que têm sido muito ávidos em buscar soluções
39 e inovações tecnológicas. Observa na FEM o envolvimento dos estudantes em dezenas de
40 iniciativas de atividades extracurriculares, e em outras unidades observam o mesmo fenômeno.

1 Existem atividades que empolgam os estudantes, que vão sempre procurar pelas inovações e
2 melhorias dos processos. Neste momento, há um grupo de estudantes envolvidos com um
3 projeto chamado Ecocar, que é um projeto de âmbito nacional, patrocinado por empresas da
4 área automobilística, que busca desenvolver soluções que emitam cada vez menos CO² no
5 ambiente. Estão na etapa final do processo, e isso mostra esse ímpeto que os estudantes de
6 graduação têm na busca por soluções inovadoras. Não se trata de empresa júnior, mas é uma
7 iniciativa correlata, e talvez devessem prever também formas de incentivar e apoiar esse tipo
8 de iniciativa. Agradece muito essa iniciativa de regulamentar ou colocar uma formalização
9 desse apoio que tem sido dado às empresas juniores. O MAGNÍFICO REITOR diz que já existe
10 uma deliberação para todas essas outras iniciativas, de ações espontâneas dos estudantes, e
11 acabaram de inaugurar essa semana o Espaço Plasma, com ampla repercussão, que abrigará
12 todas essas atividades estudantis espontâneas extracurriculares. O professor Bannwart
13 mencionou um exemplo, e só na FEM talvez existam dezenas de iniciativas extracurriculares
14 que são paralelas e têm funcionado muito bem. Então foi regularizada também essa situação
15 com atividades estudantis espontâneas. Não havendo mais observações, submete à votação a
16 matéria, que é aprovada com 57 votos favoráveis, 02 contrários e 06 abstenções. Passa ao item
17 05 – Proc. nº 01-P-15604/2020 –, que trata de proposta de deliberação Consu que dispõe sobre
18 a abertura, encerramento e prestação de contas de áreas de prestação de serviços da
19 Universidade, revogando a Deliberação Consu-A-18/2015. Destaque do professor Francisco
20 Haiter. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO diz que tem dúvida em dois pontos:
21 primeiro é que basicamente se está transferindo do Consu para a CAD as prestações de conta,
22 abertura e encerramento das áreas de prestação de serviço. Pergunta qual a explicação para isso.
23 Quando se trata do item de prestação de serviço, a proposta em pauta vai complementar ou
24 substituir a Resolução GR-12/15. Lendo essa resolução, teve algumas dúvidas, porque o artigo
25 2º, parágrafo 1º, da proposta em pauta define que “compete ao responsável da área elaborar
26 anualmente a prestação de contas”. Esse responsável da área, teoricamente, é qualquer docente.
27 E depois, no parágrafo 4º, estabelece que “compete ao diretor da unidade zelar pela fiel
28 execução da legislação e cumprimentos de boa prática”. Entende que o diretor tem de zelar por
29 essa execução da legislação, mas quem é o responsável é o responsável pela área. No entanto,
30 o artigo 5º estabelece que “a unidade indicará o responsável pela área, podendo ser o diretor,
31 diretor associado, chefe de departamento, vice-chefe de departamento, coordenador” etc. Ou
32 seja, ele limita quem serão os responsáveis. E depois o parágrafo único desse artigo define que
33 “poderão ser indicados outros responsáveis, que não sejam os detentores dos mandatos
34 previstos no *caput*, em caráter excepcional”. Sua dúvida é quem realmente são os responsáveis
35 pelas áreas de prestação de serviço. Acha que engessa muito ser o diretor, visto que ele não vai
36 atuar na prestação de serviço propriamente dita. Ele pode indicar, é uma excepcionalidade, no
37 entanto, na hora de prestar conta, o diretor deve zelar pela execução do que está proposto na
38 legislação da Universidade, cumprimento dos princípios de boa gestão pública. A Conselheira
39 TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que a proposta que a CGU está encaminhando é no
40 sentido de desburocratizar a pauta do Consu e, portanto, transferir para a CAD toda essa

1 discussão. Na pauta de hoje do Consu, há quatro aprovações de prestação de contas e de diárias
2 de prestação de serviço, que passam pela pauta sem que ninguém preste realmente atenção a
3 esse assunto. Então a proposta é apenas a de transferir para a CAD a responsabilidade que hoje
4 está subordinada ao Conselho Universitário; nenhuma outra alteração da resolução GR está
5 sendo pleiteada. É importante que tenham clareza sobre as atribuições dos diretores, que são
6 estatutárias, e os diretores respondem pelas atividades que são exercidas no âmbito das suas
7 atividades internas à sua faculdade. Isso já está na resolução GR, mas também consta nos
8 Estatutos. Então, como parte das atribuições do diretor, é ele quem designa os responsáveis por
9 cada área de prestação de serviços. Importante também dizer que a Unicamp assinou junto ao
10 Ministério Público um termo de ajuste de conduta, há muitos anos, sobre esse assunto, de modo
11 que as áreas de prestação de serviço precisam ser bem organizadas e controladas pelos diretores
12 aos quais a área está alocada. Então, é isso que está na GR e é isso que estão propondo manter.
13 Como esse assunto é um assunto de natureza perene, a CGU julgou que uma boa prática é
14 transformar isso em uma deliberação Consu que delega competências à CAD, e não
15 simplesmente uma resolução GR, que sempre tem um caráter mais operacional e mutável no
16 tempo. Então o assunto vem para o Consu para criar realmente uma deliberação, e o assunto
17 passa a ser uma atribuição da CAD e não mais do Consu. Isso significa também dizer que terão
18 mais agilidade na criação e no encerramento das áreas de prestações de serviços, porque o
19 Consu se reúne a cada dois meses, e a CAD se reúne mensalmente. Portanto, a mudança é
20 bastante pontual, ela altera apenas o órgão que vai aprovar tanto a abertura quanto o
21 encerramento da atividade. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete
22 à votação a matéria, que é aprovada com 59 votos favoráveis, 01 contrário e 06 abstenções.
23 Passa à discussão do item 06 – Proc. nº 01-P-10342/2020 –, que trata de proposta de alteração
24 do Anexo I da Deliberação Consu-A-31/2020, que aprova a Política de Segurança da
25 Informação da Universidade Estadual de Campinas. O assunto foi destacado pelo professor
26 Kretly. O Conselheiro LUIZ CARLOS KRETLY diz que tem algumas dúvidas sobre a origem
27 e a motivação desse texto. Por exemplo, tentou localizar no texto o termo “propriedade
28 intelectual”, mas por alguma razão ele não consta na disposição sobre o tema de segurança
29 cibernética. Solicita também alguma informação relativa ao modelo que foi adotado e também
30 se há, além do marco legal da internet, uma conexão da Unicamp com vários órgãos de proteção
31 de dados. Sofreram um ataque de hackers em plataforma de ensino, então solicita um
32 esclarecimento e uma motivação de se elaborar esse documento e alguns detalhes, se possível,
33 sobre essa disposição. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que as normas
34 sobre segurança não tratam de inovação. Inovação de *software* e de assuntos relacionados à TI
35 é tratada em outras deliberações. Desde 2017 vêm fazendo diagnósticos sobre a situação de TI
36 na Universidade, tanto em termos de *software*, como em termos de *hardware*, os sistemas em
37 geral, bem como às normativas relacionadas a vários assuntos. Essa norma também não trata
38 de proteção de dados, mas de proteção de sistemas corporativos. As leis de proteção de dados
39 estão sendo tratadas em outras deliberações que ainda serão apresentadas ao Conselho
40 Universitário. Por exemplo, a lei de proteção geral de dados pessoais é um assunto que já estão

1 tratando em vários locais. O diagnóstico geral em relação aos sistemas da Universidade mostra
2 que há uma grande vulnerabilidade ainda permanecendo nos sistemas corporativos, por muitas
3 razões. Exatamente por isso criaram um grupo de trabalho que vem estudando a política de
4 segurança da informação na Universidade, tentando identificar e resolver os pontos de
5 fragilidade. Esse grupo, além de estudar o assunto, analisa as práticas e propõe soluções, por
6 isso mesmo foi tratado esse assunto no âmbito da Universidade através da Deliberação Consu
7 A-031/2020. Quando fizeram essa deliberação, constataram que o assunto evoluiu, e ao evoluir
8 precisou alterar alguns dos assuntos que foram deliberados, e por isso ele volta justamente para
9 uma atualização daquilo que foi feito. É importante também que essa deliberação atribui
10 responsabilidades, entre elas autorização definida por gestores, segregação de funções, e assim
11 por diante. O assunto de *hackers* está na pauta das instituições e dos organismos que trabalham
12 com sistemas de TI. Portanto, estão fazendo aqui apenas uma atualização daquilo que foi
13 aprovado em reuniões anteriores do Conselho Universitário em função da evolução que houve
14 no grupo de trabalho que trata do assunto. A Unicamp tem estado permanentemente interagindo
15 com outros órgãos, internos e externos. Esse grupo de trabalho tem participado de reuniões e
16 de cursos relacionados à segurança da informação, e tem feito diagnósticos e procurado corrigir
17 as vulnerabilidades. É uma política que tem de ser permanente, porque o problema não é
18 pequeno, mas acha que agora possuem condições de ir, ao longo do tempo, resolvendo. Além
19 disso, exige grandes investimentos, que têm sido feitos. Claro que a pandemia cria dificuldades
20 enormes, por exemplo, hoje ocorreu uma instabilidade no sistema, e sempre que detectam
21 instabilidades, há um grupo que vai atuar, procurando entender o problema e propor soluções.
22 O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO diz que existe um debate muito grande nas
23 comunidades digitais sobre a questão dos *hackers*. O termo correto para as pessoas que fazem
24 esse tipo de invasão é *crackers*, não *hackers*. Quando mencionam *hacker* de uma forma
25 generalizada, acabam criminalizando as pessoas que fazem o *hackerismo* de uma forma justa,
26 correta, de análise, desenvolvimento de tecnologia. A Conselheira CLAUDIA MARIA
27 BAUZER MEDEIROS observa que a coordenação de TI da Universidade, em especial o
28 professor Paulo Lício, que é um especialista nacionalmente reconhecido em segurança da
29 informação, está utilizando os termos técnicos da computação, que são consensuais no Brasil e
30 no mundo. Essa questão de *hacker* ou *cracker* varia muito, mas o que ele está usando é o termo
31 técnico consensual padrão, normatizado. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS
32 diz que vai verificar qual a melhor terminologia, mas garante que hoje possuem uma gestão
33 muito profissional nessa área, o que não significa que não tenham enormes problemas. Mas o
34 grupo que está atuando na questão da segurança está se qualificando, é um grupo muito
35 profissional. Não vai ficar elencando os problemas que já foram solucionados, mas garante que
36 o trabalho tem sido muito intenso. Realmente o professor Paulo Lício é um especialista, é a
37 pessoa que os orienta no âmbito da CGU sobre o assunto, junto com uma grande equipe. E é
38 nessa direção que estão procurando atuar, com profissionalismo e com muita responsabilidade.
39 Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é
40 aprovada com 58 votos favoráveis, 01 contrário e 04 abstenções. Passa ao item 07 – Proc. nº

1 01-P-17876/2020 –, que trata de proposta de Deliberação Consu que aprova a Política
2 Institucional de Direitos Humanos da Universidade Estadual de Campinas. Destaque da
3 professora Cláudia. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que consta
4 na proposta a expressão “pessoas com deficiência física e mental” em negrito. Entende que isso
5 aparece em negrito porque houve um pedido da Procuradoria Geral de separar em duas
6 cláusulas, mas pergunta se o texto final da deliberação que estão votando terá o destaque nessa
7 expressão. O MAGNÍFICO REITOR responde que foi um erro de digitação, mas não vai haver
8 o negrito no documento final. A Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR parabeniza
9 pela iniciativa muito importante de levar em consideração os direitos humanos, que é algo que
10 a Universidade tem feito bastante. Com relação ao artigo 2º, que dispõe sobre campanhas de
11 conscientização, informação, com toda comunidade universitária, pergunta se já existe algum
12 tipo de planejamento do que vai ser feito, porque é uma preocupação bem grande que possuem
13 de como fazer com que essas campanhas de conscientização cheguem às pessoas que realmente
14 precisam ser conscientizadas, para que não fiquem fazendo campanhas, eventos e atividades só
15 para as pessoas que já estão conscientizadas sobre alguns temas sensíveis. Já conversou com a
16 professora Néri sobre isso em algumas ocasiões, então pergunta se existe alguma proposta já
17 feita, alguma sugestão de atividade. O MAGNÍFICO REITOR diz que sempre que fazem uma
18 campanha de conscientização a ideia é justamente sair da bolha e buscar um público mais
19 amplo. Estão tentando fazer isso de diferentes maneiras, com acordos institucionais, campanhas
20 de diferentes tipos, trabalhando junto, por exemplo, com o Ministério Público do Trabalho, com
21 outras entidades, para ampliar essas campanhas. Solicita que a professora Néri complemente a
22 resposta. A Professora NÉRI DE BARROS ALMEIDA diz que a Diretoria Executiva de
23 Direitos Humanos tem a missão de estabelecer e implantar uma política, e isso é um trabalho
24 de muitos anos. Mas é um conjunto de ações que vai produzir esse resultado que a comunidade
25 espera e que a conselheira Patrícia manifestou agora ter a expectativa de que se realize. E são
26 vários caminhos, então agradece a oportunidade de poder esclarecer agora brevemente, sem
27 tomar muito tempo, e pode conversar com todos depois. Está visitando as unidades para dar
28 mais esclarecimentos sobre a criação da diretoria, que tem atuação no campo normativo, através
29 de um documento que faz parte de uma política e prevê a criação de um código de conduta. Já
30 estão trabalhando nesse documento desde setembro do ano passado, por meio de um GT, e é
31 bem difícil fazer um documento assim. Ele depois será enviado para todas as unidades para
32 discussão, e a ideia é que esse documento venha fazer parte de uma política que todos os
33 membros da comunidade, em algum momento, tenham ciência e manifestem seu apoio e sua
34 aprovação. Outras medidas também no campo educacional passam por iniciativas da diretoria
35 executiva e de suas comissões assessoras. Como exemplo, o Unicamp Afro, que é um mês
36 inteiro de programação dedicada à conscientização a respeito do racismo, à visibilidade da
37 cultura negra, ao conhecimento dos seus ambientes de protagonismo, da sua importância
38 histórica, e assim por diante. Também convidam as unidades para conversar, a partir do
39 diagnóstico das questões mais prementes; às vezes é questão de racismo, às vezes é questão
40 ligada à violência ou ao assédio sexual. Pede desculpas por falar assim claramente, mas acha

1 que precisam falar para poder resolver e enfrentar as questões, e nesse caso as unidades entram
2 em um diálogo com a diretoria executiva ou com a sua colaboração, da forma que for mais
3 adequada para a localidade, na busca de soluções, seja roda de conversa, sejam eventos, sejam
4 cursos. Possuem parceria com a Educorp em um curso de capacitação para o atendimento na
5 perspectiva dos direitos humanos, que acontece em fluxo contínuo e para o qual as unidades
6 foram convidadas a enviar funcionários do atendimento; mas a ideia é que todos os funcionários
7 passem por essa capacitação, por isso ele é oferecido a todo o tempo, e já está na terceira turma.
8 Trata-se de um processo, e estão avançando. Muitas unidades os procuram e recebem essa
9 orientação sobre o que fazer, e a diretoria executiva tem respeitado a percepção da própria
10 comunidade no diálogo de qual a melhor resposta, se é um evento, se é uma roda de conversa,
11 se é uma campanha, ou se é esse conjunto de coisas. O que a diretoria tem feito é procurado
12 disponibilizar materiais que permitam que as unidades se tornem, ao longo do tempo, mais
13 autônomas na identificação de soluções para suas questões, evidentemente ressaltando o fato
14 de que algumas delas devem ser encaminhadas ou à diretoria executiva ou à ouvidoria, como o
15 próprio documento afirma. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete
16 à votação a matéria, que é aprovada com 58 votos favoráveis e 03 abstenções. Passa ao item 10
17 – Proc. nº 01-P-3749/1975 –, que trata da proposta de reestruturação departamental do Colégio
18 Técnico de Limeira, da seguinte forma: criação do Departamento de Gestão e Processos
19 Industriais, por meio da fusão dos Departamentos de Mecânica e de Qualidade; Departamento
20 de Infraestrutura e Tecnologia, por meio da fusão dos Departamentos de Construção Civil e
21 Geomática e de Informática. Alteração na denominação do Departamento de Enfermagem para
22 Departamento de Saúde; Departamento de Exatas para Departamento de Ciências da Natureza
23 e Matemática; Departamento de Humanas para Departamento de Ciências Humanas e
24 Linguagens. O assunto foi destacado pela professora Claudia. A Conselheira CLAUDIA
25 MARIA BAUZER MEDEIROS diz que não ficou claro para ela quais foram as substituições;
26 está havendo criação de departamentos e pergunta qual está substituindo qual, e quais são os
27 ônus adicionais financeiros e de pessoal, porque isso não ficou muito claro olhando a proposta.
28 O Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO esclarece que no
29 documento final, assinado por ele, está indicado que o Cotil vai criar um Departamento de
30 Gestão e Processos Industriais, fundindo o Departamento de Mecânica com o de Qualidade; vai
31 criar um Departamento de Infraestrutura de Tecnologia, fundindo os Departamentos de
32 Construção Civil e Geomática e de Informática. E que, além disso, alterará a denominação de
33 alguns departamentos, e nesse caso os departamentos serão mantidos, apenas com uma
34 denominação diferente. São três departamentos que mudam de nome. Isso não envolve nenhum
35 custo adicional, pelo contrário, terão uma leve redução de custos em virtude dessa fusão. A
36 Conselheira CLÁUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS agradece os esclarecimentos e
37 parabeniza o Cotil pelo enxugamento e harmonização das suas atividades. O Conselheiro JOSÉ
38 ROBERTO RIBEIRO diz que a comunidade do colégio discutiu bastante esse assunto. Existe
39 sim um incômodo em relação ao enxugamento da estrutura de departamentos, mas chegou-se a
40 um consenso de que assim como as demais unidades estão revendo sua estrutura departamental,

1 o colégio também deveria fazê-lo. Essa proposta foi aceita por toda a comunidade, alinhando a
2 natureza de cada departamento, de cada curso. A nomenclatura está refletindo os eixos
3 tecnológicos dos cursos e a base comum curricular das áreas de conhecimento. Entendem que
4 o colégio estará com uma estrutura remodelada, moderna, para desenvolver as suas atividades,
5 por isso solicita o apoio e a aprovação do Conselho Universitário. Não havendo mais
6 observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada com 57
7 votos favoráveis, 01 contrário e 05 abstenções. O MAGNÍFICO REITOR passa aos itens 02 e
8 03 da Ordem do Dia Suplementar, enquanto o professor Zeferino tenta resolver problemas com
9 a internet para discutir o item 11, por ele destacado. Item 02 – Proc. nº 01-P-1300/1967 –, que
10 trata da proposta de Deliberação Consu que altera os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 7º, 8º, 9º e 17, revoga os
11 §§ 6º, 11, 12 e 18 e inclui o § 5º. A no artigo 172 no Regimento Geral da Unicamp; item 03 –
12 Proc. nº 01-P-14501/2001 – que trata da proposta de Deliberação Consu que dispõe sobre as
13 normas de realização de concursos para o Título de Livre-Docente, revogando a Deliberação
14 Consu-A-05/2003. Pergunta se a professora Teresa deseja explicar o assunto. A Conselheira
15 TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que uma delimitação do assunto é necessária para que
16 a discussão possa ser restrita ao que está na pauta. Não estão tratando de alterar a forma de
17 vinculação entre livre-docência e níveis da carreira, esse assunto não está em pauta. Isso já é
18 uma deliberação do Conselho Universitário anterior e, portanto, não estão tratando desse
19 assunto aqui. Menciona isso porque esse assunto tem sido conversado intensamente em
20 discussões no *campus*. O que estão tratando aqui são coisas de duas naturezas: primeiro,
21 algumas alterações no Regimento Geral para tornar a operacionalização do concurso de livre-
22 docência mais ágil, visando, em um prazo não muito longo, a informatização de todo esse
23 processo. Por outro lado, propondo que esses concursos possam permanecer, se as unidades
24 assim desejarem, de forma remota, de modo perene. Hoje existe uma deliberação Consu que
25 permite que o concurso de livre-docência seja feito de modo remoto durante a vigência da
26 pandemia. Depois essa deliberação perderá a sua vigência, e terão os concursos de livre-
27 docência presenciais, como está previsto no Regimento Geral. Então a ideia é fornecer uma
28 nova forma de operacionalizar o concurso, prevendo que mesmo após a pandemia o concurso
29 possa, se as unidades desejarem, permanecer de modo remoto. O item 02 da pauta suplementar
30 trata dessa perspectiva; já o item 03 trata de como podem operacionalizar isso, pois sem mudar
31 o Regimento Geral não conseguirão operacionalizar as alterações propostas. Portanto, no item
32 02 estão propondo que os concursos possam ser remotos ou não, estão propondo as provas, e
33 estão propondo uma alteração de fundo, sobre a qual o Consu precisa refletir, que uma alteração
34 na prova didática. A prova didática hoje é feita por concursos de pontos relacionados às
35 disciplinas em concurso, o que exige que todos os candidatos tenham o mesmo prazo de 24
36 horas para preparar a prova. A mudança de fundo que está sendo proposta é de que o candidato
37 escolherá o tema da sua prova didática e a banca avaliará aquele tema escolhido, se é pertinente
38 ao concurso, às disciplinas envolvidas, ou se não é pertinente às disciplinas envolvidas. O que
39 significa dizer que não haverá mais esse intervalo de sorteios para cada um dos candidatos, com
40 tempo de preparo da aula de 24 horas. O artigo 7º da proposta define que a prova didática, a

1 aula, será de livre escolha do candidato, dentre os assuntos constantes no programa das
2 disciplinas ou do conjunto das disciplinas no concurso. E no artigo 8º, que compete à comissão
3 julgadora decidir se o tema escolhido é pertinente ao programa proposto. Também fizeram uma
4 pequena reorganização sobre como se atribuem as notas, mas a grande mudança de fundo é a
5 prova didática ser de livre escolha do candidato, além da questão de poder ser de forma remota,
6 mesmo após a pandemia. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que apoia
7 essas duas mudanças. Em relação à prova didática, considera um passo muito importante para
8 simplificar, e também porque não faz muito sentido o sorteio de pontos, inclusive prolonga o
9 concurso de maneira exagerada e introduz um elemento aleatório que não faz sentido nessa
10 etapa da carreira. Sobre a permissão para poder continuar de maneira remota, a experiência
11 recente do IE de realização de concurso de livre-docente de maneira remota foi muito exitosa e
12 sem problemas. Aparentemente não está sofrendo alteração agora, mas talvez pudesse ser objeto
13 de reflexão e esclarecimento a confecção da banca de livre-docente, que consta no artigo 172,
14 no parágrafo 3º, no item 02 da pauta suplementar. Ele define que a banca deve ter dois membros
15 internos da Universidade, escolhidos entre professores de nível MS-6 ou MS-5 em exercício na
16 Unicamp, e isso causou algum tipo de problema há cerca de dois anos no IE, porque a
17 interpretação foi de que não poderiam ser docentes aposentados. O parágrafo menciona “em
18 exercício na Universidade”, é meio óbvia a leitura de que se estiver aposentado, não pode
19 participar. Não esclarecia se aposentado com aquele vínculo de colaborador poderia ou não. O
20 que não parece fazer muito sentido, não só porque os aposentados, além de em geral serem mais
21 seniores e poderem contribuir bastante nesse tipo de avaliação, como ter mais tempo etc., mas
22 também porque causava uma situação muito estranha, porque professores externos aposentados
23 poderiam e os da Unicamp não. Solicita esclarecimento de qual é a razão disso. Recorda-se que
24 na ocasião a Secretaria Geral confirmou que não poderia mesmo, o que causou problemas na
25 composição das bancas. A Conselheira CLÁUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS solicita
26 confirmação se a proposta é que isso valha para depois da pandemia, porque se sempre puder
27 ser remotamente, será um grande avanço. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que
28 sendo uma possibilidade a mais para as unidades o concurso ser realizado de maneira definitiva
29 à distância, de acordo com a decisão de cada uma delas, não tem nada contra. Mas espera que
30 os concursos de livre-docência não sejam à distância depois da pandemia. Acha que o concurso
31 de livre-docência, assim como as teses de mestrado e doutorado, deveria ter uma audiência e
32 uma participação da comunidade muito maior do que há atualmente. Uma grande defesa, uma
33 conferência para um concurso de livre-docente seria muito bom, mas não tem nada contra. A
34 questão da prova didática parece-lhe algo muito bom, pois os professores já são professores
35 experimentados, doutores, e saberão certamente escolher o tema mais adequado segundo a sua
36 perspectiva naquele momento. Em relação ao artigo 17 da deliberação que dispõe sobre as
37 normas de realização do concurso de livre-docência, considera que ele está correto dentro da
38 perspectiva de que, ao contrário do que é dito em relação às publicações, a Cepe não está restrita
39 a fazer uma homologação olhando exclusivamente nulidade; ela pode ir além, ela pode
40 homologar, ou seja, permitir que aquela norma de fato ocorra e que aquilo que está em discussão

1 de fato seja implementado. Tiveram, em um passado recente, uma discussão a respeito da
2 possibilidade de não fazerem a homologação de todo concurso de maneira global. Já ocorreu
3 de haver uma dezena de candidatos com notas extremamente díspares, e acha que deveriam ter
4 a possibilidade, como colocou naquele momento, de que a homologação se dê de forma
5 individual. É um concurso em que as pessoas se inscrevem, entretanto, é um concurso que
6 aprova individualmente cada um deles. Portanto, sugere à Mesa que se coloque no artigo 17 um
7 parágrafo de que a homologação se dará de forma individual. O MAGNÍFICO REITOR diz
8 que a Secretaria Geral está informando, sobre a dúvida do professor André Biancarelli, que o
9 capítulo III, artigo 172, parágrafo 3º, não está sendo alterado. Ele prevê que dois professores
10 pertencerão ao corpo docente da Universidade, escolhidos entre professores de nível MS-6 e
11 MS-5, ou MS-5, em exercício na Universidade. E os três representantes escolhidos entre
12 professores dessas categorias, ou categorias equivalentes, pertencentes a estabelecimentos de
13 ensino superior oficial, ou profissionais de reconhecida competência. Então, sim, com
14 professores em exercício. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE diz que é muito bem-
15 vinda essa mudança, ela é bastante positiva especialmente na questão de o candidato escolher
16 o tema da prova didática, que era diferente do que acontecia para concurso de titular, por
17 exemplo, porque isso era um grande limitante na abertura dos concursos em áreas em que há
18 uma diversidade muito grande. Em tecnologia de alimentos, há especialização para muitos
19 eixos, em cacau, leite, carnes etc. Isso dificultava muito a abertura de concursos em que todas
20 as pessoas pudessem se inscrever, porque depois o sorteio dos pontos levava a uma dificuldade
21 para as pessoas que não eram especialistas nas devidas áreas. Isso levava a uma dificuldade
22 também de terem o concurso de livre-docente, que levou à movimentação de que o concurso de
23 livre-docente fosse desvinculado da promoção. Acha que isso hoje é algo que precisa ser
24 revisto, pois os concursos de livre-docente de caráter geral, sem áreas já definidas antes, são
25 muito mais competitivos, expõem mesmo a uma escolha de quem pode fazer esse papel, e é um
26 instrumento hoje para repensarem essa desvinculação entre o concurso de livre-docente e a
27 promoção, que está levando a um estrangulamento do sistema, da própria carreira. Parabeniza
28 pela mudança, à qual se manifesta totalmente favorável. A Conselheira MARISA MASUMI
29 BEPPU diz que ainda que a professora Teresa tenha deixado bastante clara a desvinculação,
30 qual é o escopo das mudanças, como a professora Mirna trouxe há pouco, existem opiniões que
31 são abordadas dentro da Universidade, ainda mais em momento também de discussão
32 sucessória, sobre os anseios da população docente. Sabem que a questão específica da
33 desvinculação da progressão do concurso de livre-docente surgiu porque vários docentes da
34 Unicamp acabavam optando por fazer concursos de livre-docente em uma das outras duas
35 universidades estaduais paulistas. Qualquer tipo de reversão desse cenário precisa ter agora um
36 olhar bastante cuidadoso, porque existe um *backlog* de livre-docentes que está se formando,
37 dividindo as unidades em duas categorias: aquelas que estão fazendo concursos de livre-docente
38 à vontade, e outras que estão fazendo com uma certa parcimônia. Então é preciso tomar bastante
39 cuidado com esse tipo de alteração, e uma das perguntas que coloca é como essas alterações se
40 comparam com as outras estaduais paulistas, se existe uma prática parecida ou não. Acha que

1 precisam tomar algum tipo de iniciativa sempre tentando olhar o escopo das três universidades.
2 A grande crítica que existiu à desvinculação entre a progressão e o concurso foi exatamente
3 porque a parte orçamentária não conversava com a parte de progressão, e há que se harmonizar
4 isso. Por princípio, é favorável à questão de fazer de forma remota, e de ampliar e acolher a
5 diversidade das atuações, mas não podem se esquecer de que esses itens que colocaram da parte
6 de concursos têm de conversar muito bem entre as três universidades paulistas, que dentro do
7 ecossistema todo de universidades são as que têm especificamente concurso de livre-docente.
8 É uma dúvida realmente que possui, de como se compara com as outras duas. O Conselheiro
9 ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que considera bastante importantes essas duas
10 mudanças, a primeira delas em relação à liberdade no tema da disciplina, o que facilita muito a
11 própria execução do concurso, e a questão da execução de forma remota, cabendo à unidade
12 decidir se seria remota ou presencial. Estão em um cenário bastante incerto, e mesmo que o
13 decreto de quarentena acabe daqui a algum tempo, não quer dizer que terão segurança total.
14 Estão tentando realizar um concurso no IC e é muito difícil a organização de banca, portanto
15 ter flexibilidade para organizar de forma remota pode ser muito bom. Pode ser que haja um ou
16 dois docentes que seriam muito importantes para a realização e não poderiam vir de forma
17 presencial, mas que possam participar de forma remota. E também otimiza o tempo de todos,
18 pois muitas vezes não tem sentido exigir que uma pessoa fique o tempo todo se deslocando para
19 realizar um concurso de um ou dois dias. Com essa alteração, caberá a cada unidade decidir,
20 isso é uma inovação importante e tem o seu apoio essa possibilidade de fazer de forma remota,
21 mesmo depois da pandemia. O Conselheiro ERICH VINÍCIUS DE PAULA diz que tem
22 discutido bastante esse assunto, e acha que são duas mudanças muito positivas, pelos motivos
23 já elencados aqui. Conta com seu apoio e acredita que será muito bem recebida também pela
24 comunidade, em particular a questão da prova didática, que acha que confere um caráter mais
25 parecido com esse estágio da carreira, em que o objetivo é menos falar das habilidades didáticas,
26 que já foram verificadas em outro momento, e mais de colocar, como consta nos editais, o
27 percurso do candidato. Então, manifesta o seu apoio e parabeniza pela mudança. O
28 MAGNÍFICO REITOR pergunta se a professora Teresa deseja esclarecer alguns pontos
29 levantados. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que a composição das
30 bancas não está sendo alterada, estão mantendo exatamente como está no Regimento Geral
31 hoje, que explicita essa questão de serem professores em exercício. Como não tinha
32 conhecimento dessas eventuais dificuldades, não estudou o assunto, portanto não pode
33 contribuir com reflexões mais profundas em relação a esse problema dos aposentados pela
34 Unicamp serem contados ou não como docentes em exercício. A professora Claudia solicitou
35 confirmação, e esclarece que a ideia é que essa deliberação sirva para a pandemia e para a pós-
36 pandemia, porque a Deliberação Consu-A032/2020, aprovada no dia 4 de agosto de 2020,
37 “regulamenta a realização dos concursos de livre-docência durante o período de suspensão das
38 atividades presenciais em decorrência da epidemia Covid-19”. Portanto, ela estabelece a forma
39 de fazer os concursos de modo remoto, mas a sua instrução é: durante o período de suspensão
40 das atividades. Portanto, quando voltarem não terão mais uma regulamentação que possa

1 permitir os concursos remotos, por isso a ideia é que isso seja estendido após a pandemia. O
2 professor Geromel cita a questão de a Cepe poder ou dever fazer as homologações de forma
3 individual. Acha pertinente acrescentar um parágrafo único no artigo 17, exatamente nos termos
4 colocados pelo professor Geromel. Teriam de mudar a redação dizendo que as homologações
5 serão de caráter individual; precisam encontrar a melhor forma de redigir isso. Como disse, e
6 as professoras Marisa e Mirna compreenderam, estão delimitando que não estão tratando do
7 vínculo entre o concurso de livre-docência e a promoção. A professora Marisa, nesse sentido,
8 perguntou como essas alterações se comparam ao que ocorre nas outras universidades, USP e
9 Unesp. Responde que cada uma delas operacionaliza a questão de como fazer o concurso de
10 livre-docência de forma diferente. A USP e a Unesp não desvincularam o concurso de livre-
11 docência da promoção; a única que desvinculou foi a Unicamp. Concorde que se essa questão
12 voltar à discussão, ela terá de ser feita com cuidado em função da evolução do assunto na
13 própria Universidade. Então, em termos do item 02, a menos da questão colocada pelo professor
14 Geromel de acrescentar que os concursos serão homologados de forma individual, parece-lhe
15 que a solução boa seria acrescentar um outro parágrafo estabelecendo justamente esse assunto
16 dessa forma, que os concursos serão homologados de forma individual. Acha que isso resolve
17 uma das questões que o professor Geromel tem colocado à Cepe em muitas ocasiões, e não
18 altera os outros artigos que ou não estão sendo mudados, ou foram mudados com a proposta
19 que está colocada na pauta. Então, de modo objetivo, sua sugestão seria adicionar um artigo
20 com a seguinte redação: “Os concursos serão homologados de forma individual”. O
21 Conselheiro EDSON TOMAZ diz que em relação a essa proposta do professor Geromel, que a
22 professora Teresa acabou de formular de uma forma objetiva, tem uma dúvida sobre a questão
23 legal, porque ao ser nomeada a comissão que vai avaliar o mérito, de certa forma delegam a
24 competência para avaliação do mérito para essa comissão e, na verdade, cabe às outras
25 instâncias, salvo melhor juízo, a avaliação se há algum vício formal, algum vício de conduta do
26 processo. Então, pergunta se a Cepe tem essa competência de reavaliar o mérito ao fazer esse
27 julgamento individual, candidato a candidato. O Conselheiro CHRISTIANO LYRA FILHO diz
28 que sua dúvida é a mesma que o professor Edson colocou. Tem impressão de que talvez fosse
29 mais prudente ouvir a Procuradoria Geral antes de acrescentar essa aprovação parcial. O
30 MAGNÍFICO REITOR diz que fará uma sugestão muito prática, porque sempre que fazem esse
31 tipo de adendo sem uma análise mais aprofundada, pode haver problemas. Seu encaminhamento
32 é votarem a proposta da forma como está e a professora Teresa, na CGU, faz a discussão desse
33 adendo específico para ser inserido na próxima discussão, caso seja necessário ou caso seja
34 colocado. Assim procedem sem fazer um adendo no meio da reunião sem uma análise mais
35 aprofundada. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que sempre vivenciam esse
36 problema na Cepe. Acha que as dúvidas em relação às questões legais devem ser sanadas o
37 quanto antes, antes mesmo de uma eventual votação. Sua proposta é colocar um parágrafo no
38 artigo 17, dizendo simplesmente que a homologação se dará de forma individual, naquele
39 concurso em especial. Se há dúvida a respeito dessa questão, e se eventualmente a Procuradoria
40 Geral não pode sanar agora, considera boa a proposta da Mesa, desde que a professora Teresa

1 possa trazer uma proposta final para este parágrafo específico do artigo 17 na próxima reunião
2 ordinária do Conselho Universitário. O parágrafo 17 do artigo 1º da resolução anterior diz que
3 o parecer da comissão julgadora só poderá ser rejeitado pela congregação por erro formal de
4 procedimento, mediante o voto da maioria absoluta dos membros, o que acha que está correto.
5 No artigo 17 da próxima liberação, o resultado do concurso agora passa por homologação, como
6 acha que deve ser mesmo, dando vigência legal àquilo que foi decidido pelo mérito emitido
7 através da banca. Claro que lhe parece que a Universidade deve sim ter essa possibilidade, de
8 analisar inclusive caso a caso. O MAGNÍFICO REITOR solicita à doutora Fernanda, da PG,
9 que esclareça. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que como o
10 concurso, embora tenha mais candidatos, é um procedimento único, não há como fazer a
11 homologação individual do resultado de cada um, teria de ser realmente uma homologação do
12 procedimento como um todo. Seria possível fazer de forma individual se fossem vários
13 concursos, cada pessoa em um concurso separado. Em um único concurso isso não é possível,
14 até porque a homologação é da lisura do procedimento, não do resultado “aprovado” ou “não
15 aprovado”. Então realmente não será possível separar isso. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO
16 GEROMEL pergunta se a Procuradoria Geral não tem dúvida nenhuma de que a Universidade
17 poderia, através da sua autonomia, decidir o que é melhor por candidato a candidato. Já
18 ocorreram na Cepe situações em que era desejável fazer uma análise de um candidato ou de
19 alguns candidatos, mas que não podia ser feita em detrimento de muitos outros que tinham uma
20 análise clara favorável a respeito deles. Considera essa uma questão central, portanto pergunta
21 se a Procuradoria Geral coloca como certeza que não é possível de ser feito em termos
22 individuais. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que como se
23 trata de um concurso, foi delegada competência à comissão julgadora para fazer essa avaliação
24 de mérito, então ela é soberana nessa decisão. Se fosse um outro tipo de procedimento, com
25 análise de mérito atribuída ao Conselho Universitário, um outro procedimento que não o
26 concurso de livre-docente como é hoje, talvez sim. Mas, nos moldes em que ele é colocado
27 como concurso público, isso não é possível. O MAGNÍFICO REITOR observa que isso é
28 evidente, porque senão nenhuma banca vai sequer se prestar a participar porque pode ser
29 mudado completamente todo o resultado em instâncias eventualmente superiores. O que precisa
30 ser colocado, como bem o professor Edson lembrou, é uma questão do concurso como um todo.
31 A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que, tendo em vista as explicações dadas
32 pela doutora Fernanda, não deveriam incluir esse outro assunto. A Conselheira MIRNA LÚCIA
33 GIGANTE diz que ficou com uma dúvida em relação ao questionamento do professor Geromel.
34 Para ela está absolutamente claro que um concurso deve ser aprovado pelo concurso inteiro,
35 com todos os participantes, não pelas pessoas. Mas parece-lhe que no passado tinham no item
36 de pauta mais de um concurso, e foi isso que foi questionado. Ficou com essa dúvida agora, se
37 tinham mesmo, então estão falando de vários concursos que foram aprovados e havia
38 discrepância, e que para desvincular um do outro levaria a um problema, ou se estão falando
39 mesmo de um concurso. Não tem dúvida de que um concurso só pode ser aprovado
40 integralmente por todos que participaram, mas pergunta se no passado aprovaram mais de um

1 concurso em uma única pauta, porque fizeram muitos concursos juntos. O Conselheiro RENÊ
2 JOSÉ TRENTIN SILVEIRA diz que a questão que o professor Geromel levanta, com razão, a
3 seu ver, acha que foi em grande parte motivada por aquele caso que viram na Cepe em que em
4 um mesmo concurso havia vários candidatos, e alguns deles tinham tido desempenho muito
5 abaixo do suficiente na prova didática. Isso, se não está enganado, foi justificado pelo fato de
6 que aquele concurso em particular abriu inscrições para áreas muito diversas, o que gerou uma
7 variedade muito grande de temas, de modo que alguns candidatos caíram com temas que não
8 eram muito pertinentes à sua própria área de atuação. Acha que a raiz desse problema não está
9 exatamente na fase da homologação, ele começa antes, na forma de estruturar o concurso, na
10 maneira como são constituídas as áreas em que os candidatos vão se inscrever, e principalmente
11 na questão do sorteio dos temas. Se essa nova regulamentação permite que o docente escolha o
12 seu tema, acha que em grande parte esse problema se resolve, pelo menos nesse aspecto que
13 motivou o problema específico que viram na Cepe. De qualquer maneira, valeria a pena uma
14 reflexão, não sabe se é o caso de inserir no documento, que as bancas deveriam levar em conta
15 o desempenho global do candidato, para que a atividade de ensino – afinal, é um concurso de
16 livre-docência – não seja subvalorizada comparativamente às demais, principalmente a de
17 pesquisa, que geralmente é o que chama mais atenção. Acha que é mais uma questão anterior
18 ao processo de homologação do que da própria homologação. O MAGNÍFICO REITOR diz
19 que a professora Mirna levantou uma questão complexa, mas cada unidade terá de decidir. O
20 que eventualmente pode acontecer é a unidade decidir fazer com a mesma banca diferentes
21 concursos. E em algum momento no passado isso foi também motivo de discussão; assim ficaria
22 de maneira individualizada. Quando é um concurso único, onde todos os candidatos estão ali
23 colocados, segue o que a PG tem dito reiteradamente, que é validar ou não o concurso, pois foi
24 dado esse encargo à banca para tomar essas decisões. Fazer da maneira contrária abre um
25 precedente bastante complexo e delicado. Mas, sem dúvida alguma, as unidades terão as
26 possibilidades de encontrar mecanismos se eventualmente quiserem fazer situações mais
27 individualizadas. Não havendo mais observações, submete à votação os itens 02 e 03 da Ordem
28 do Dia Suplementar, que são aprovados com 54 votos favoráveis, 05 contrários e 06 abstenções.
29 Passa ao item 11 – Proc. nº 01-P-5665/1974 –, da Faculdade de Ciências Médicas, que trata da
30 proposta de Reestruturação Departamental, da seguinte forma: Exclusão: Departamento de
31 Anatomia Patológica; Departamento de Patologia Clínica; Departamento de Farmacologia;
32 Departamento de Genética Médica; Departamento de Radiologia; Departamento de
33 Anestesiologia. Criação: Departamento de Patologia a partir da fusão do Departamento de
34 Anatomia Patológica e do Departamento de Patologia Clínica; Departamento de Medicina
35 Translacional a partir da fusão do Departamento de Farmacologia e do Departamento de
36 Genética Médica; Departamento de Anestesiologia e de Radiologia a partir da fusão do
37 Departamento de Radiologia e do Departamento de Anestesiologia. Alteração: o Departamento
38 de Ortopedia e Traumatologia passa a se chamar Departamento de Ortopedia, Traumatologia e
39 Reumatologia a partir da integração da Área de Reumatologia ao Departamento de Ortopedia e
40 Traumatologia, deixando o Departamento de Clínica Médica. O Conselheiro LUIZ CARLOS

1 ZEFERINO diz que é uma alteração simples, um dos departamentos tem seu nome alterado
2 porque a sua composição alterou. Na proposta inicial aprovada pela congregação, o nome era
3 Departamento de Ortopedia, Traumatologia e Reumatologia. Posteriormente, a congregação
4 alterou esse nome para Departamento de Ortopedia, Reumatologia e Traumatologia, é uma
5 inversão dos dois últimos nomes. Na proposta de atualização do regimento da FCM, já consta
6 esse novo nome, então solicita que na votação do Consu seja considerado o nome já alterado,
7 se possível. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a
8 matéria, com a correção indicada pelo professor Zeferino, que é aprovada com 62 votos
9 favoráveis e 03 abstenções. Em seguida, faz uma pausa para o almoço. Reiniciando a Sessão, e
10 nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, o MAGNÍFICO REITOR coloca para ciência o
11 Expediente dos seguintes assuntos: A – Moção ao Consu – 01) Moção de esclarecimento
12 referente às discussões relacionadas ao Departamento de Demografia, apresentada pela
13 Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. B – Relatório Planejamento
14 Estratégico Institucional – Nos termos da Deliberação Consu-A-15/2001 – 02) Relatório do
15 Status dos Projetos Estratégicos do período de 2017 a out/2020 – Deliberação Copei-28/2020 e
16 Ofício CGU-116/2020. C – Relatório de Contratação de Serviços de Consultoria – 03) Relatório
17 das atividades desenvolvidas no Projeto de Gestão Econômico-Financeira do Hospital de
18 Clínicas, no período compreendido de novembro/19 a outubro/20. D – Relatórios Semestrais
19 das Câmaras do Consu – 04) Relatórios Semestrais da Câmara de Administração e da Câmara
20 de Ensino, Pesquisa e Extensão, referentes ao período de 1º.04.20 a 30.09.20, de acordo com o
21 inciso IX do artigo 9º e inciso VI do artigo 10 do Regimento Interno do Consu. E – Prêmios
22 Institucionais 2020 – 05) Prêmio de Reconhecimento Acadêmico “Zeferino Vaz”, nos termos
23 da Deliberação Consu-A-021/2013 – FCM: Profa. Dra. Iscia Teresinha Lopes Cendes; FE:
24 Profa. Dra. Evely Boruchovitch; FEF: Prof. Dr. Marco Antonio Coelho Bortoleto; FEA: Prof.
25 Dr. Anderson de Souza Sant'ana; FEC: Prof. Dr. Edevar Luvizotto Junior; FECC: Prof. Dr.
26 Marco Aurelio Amaral Henriques; FEM: Prof. Dr. Noé Cheung; FENF: Profa. Dra. Edinêis de
27 Brito Guirardello; FEQ: Prof. Dr. Osvaldir Pereira Taranto; FT: Profa. Dra. Rosa Cristina
28 Cecche Lintz; IA: Profa. Dra. Verônica Fabrini Machado de Almeida; IB: Profa. Dra. Anete
29 Pereira de Souza; IC: Prof. Dr. Hélio Pedrini; IFCH: Prof. Dr. Thomas Patrick Dwyer; IFGW:
30 Profa. Dra. Fanny Béron; IG: Prof. Dr. Carlos Roberto de Souza Filho; IMECC: Prof. Dr. Paulo
31 José da Silva e Silva; IQ: Prof. Dr. Igor Dias Jurberg. Prêmio de Reconhecimento Docente pela
32 Dedicação ao Ensino de Graduação, nos termos da Deliberação Consu-A-021/2013 – FCA:
33 Profa. Dra. Luciana Cordeiro de Souza Fernandes; FCM: Prof. Dr. Wilson Nadruz Junior; FE:
34 Prof. Dr. Silvio Donizetti de Oliveira Gallo; FEC: Prof. Dr. Luiz Carlos Marcos Vieira Junior;
35 Feec: Prof. Dr. Walmir de Freitas Filho; FEM: Prof. Dr. Carlos Eduardo Keutenedjian Mady;
36 FEQ: Prof. Dr. Osvaldir Pereira Taranto; FT: Profa. Dra. Rosa Cristina Cecche Lintz; IB: Profa.
37 Dra. Lúcia Elvira Alvares; IC: Prof. Dr. Edson Borin; IFCH: Prof. Dr. Mário Augusto Medeiros
38 da Silva; IFGW: Prof. Dr. Marcus Aloizio Martinez de Aguiar; IMECC: Profa. Dra. Sandra
39 Augusta Santos; IQ: Profa. Dra. Adriana Vitorino Rossi. Prêmio ProEC de Extensão
40 Universitária, nos termos da Deliberação Consu-A-006/2019 – FCA: Profa. Dra. Eliana de

1 Toledo Ishibashi; FE: Profa. Dra. Débora Mazza; FEC: Prof. Dr. Paulo José Rocha de
2 Albuquerque; Feec: Prof. Dr. João Marcos Travassos Romano; FEF: Prof. Dr. José Irineu
3 Gorla; FEQ: Profa. Dra. Marisa Masumi Beppu; IB: Profa. Dra. Antônio Cecília Zacagnini
4 Amaral; Imecc: Prof. Dr. João Frederico da Costa Azevedo Meyer; IQ: Prof. Dr. Fabio Augusto.
5 Em seguida, o MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos inscitos no Expediente. O
6 Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO diz que a congregação da Faculdade de
7 Odontologia de Piracicaba solicitou o envio de um ofício para a Reitoria para verificar a
8 possibilidade de excepcionalmente realizar um concurso de professor. Sabem que com a lei
9 complementar 173 não poderão aumentar despesas, mas era um concurso que já estava em
10 andamento, de uma área que tem apenas um docente, de uma área que atende pacientes da
11 clínica, é o docente que ensina Anestesiologia, um ensinamento que é individual para cada
12 aluno e só possuem um docente para 80 alunos. Então a situação está ficando muito difícil, por
13 isso solicitam uma excepcionalidade para realização do concurso, sabendo que a contratação só
14 poderá ocorrer depois de dezembro de 2021. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA
15 SILVA diz que sua fala vai na mesma direção da solicitação feita pelo professor Haiter agora.
16 Pede que a Reitoria se manifeste sobre a resolução em primeira instância que decidiu para a
17 Adusp que seria uma questão de autonomia universitária, portanto decisão das próprias
18 universidades, controlarem seus concursos e suas progressões com essa lei. Solicita um
19 comentário sobre isso, porque sabem que o represamento dos concursos e das progressões está
20 sufocando muito a Universidade, e a situação em 2021 vai se agravar um pouco em função,
21 provavelmente, das aposentadorias de outros colegas que têm direito de fazê-lo. Pergunta como
22 a Unicamp está lidando com essa primeira decisão do TJ de São Paulo, sobre o problema da
23 interpretação dessa lei federal. Sabem que muitas universidades estão com a sua autonomia,
24 decidiram fazer os concursos e continuar com os processos de progressão. O MAGNÍFICO
25 REITOR esclarece que é preciso tomar cuidado, porque recebeu também essa notificação da
26 Adusp e em um primeiro momento lhe chamou atenção, mas, depois, vendo com mais cuidado,
27 indo atrás, verificou que a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo foi negar a liminar, e o
28 que a Adusp fez no seu comunicado foi ressaltar uma frase do juiz ao negar a liminar da Adusp.
29 Portanto, é preciso ler com cuidado essa notificação, porque ela induz a uma leitura equivocada.
30 O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO parabeniza a Reitoria, em nome do professor
31 Marcelo, pela posição contundente em relação ao ato bárbaro, racista, que ocorreu em Porto
32 Alegre, que foi o assassinato do senhor João Alberto Silveira Freitas. É muito importante o
33 posicionamento da Unicamp enquanto universidade contra todo esse tipo de barbárie que vem
34 ocorrendo do racismo estrutural, institucional, racismo cotidiano. Neste momento, estão
35 vivenciando na Unicamp o evento Unicamp Afro, com a importância, a potência das mesas,
36 dos encontros, das discussões que têm trazido muitas reflexões importantes, e que deixarão um
37 saldo fundamental para a Universidade, no sentido da reflexão, para que avancem em todo tipo
38 de situação de opressão, discriminação e preconceito. Parabeniza a Diretoria Executiva de
39 Direitos Humanos, em nome das professoras Néri e Débora, da Comissão Assessora da
40 Diversidade Étnico-Racial, porque não só no mês de novembro, mas o ano todo está havendo

1 atividades importantes dentro dessa e outras pautas. Também parabeniza a nova gestão da APG
2 e faz a sua despedida, já que em breve terão os novos representantes discentes no Consu e na
3 CCPG. Agradece por todo o aprendizado e pede desculpas se em algum momento foi grosseiro
4 com qualquer pessoa que talvez tenha se sentido ofendida. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO
5 MENDONÇA DE SOUZA informa que o sindicato vai fazer, entre os próximos dias 30 e 15,
6 conversas com os pré-candidatos a Reitor da Unicamp, para discutir o que eles estão pensando
7 da Universidade, dos funcionários, quais políticas pretendem incorporar nos seus projetos e nas
8 suas propostas. Vai ser uma atividade virtual, e vão procurar dar início a esse processo de debate
9 ouvindo os três candidatos que até agora se lançaram. Outra informação é que desde o início da
10 pandemia, toda segunda-feira a diretoria do sindicato tem se reunido para acompanhar o que
11 está acontecendo na Universidade, discutir os encaminhamentos e ver a condução das pautas
12 dos trabalhadores. Têm acompanhado especificamente uma questão que tem incomodado
13 bastante, que diz respeito à insalubridade grau máximo dos trabalhadores do Caism. No HC
14 também, mas lá de certa forma foi resolvido, tem alguns detalhes ainda, mas no geral foi
15 resolvida a situação. No Caism, fizeram ao menos três reuniões com o professor Francisco, com
16 o professor Francisco e com o senhor Gilmar, quatro diretores do sindicato fizeram reuniões
17 com o diretor administrativo do Caism para buscar uma saída em relação a isso. Todo
18 entendimento das reuniões foi construído na legitimidade de que esses trabalhadores que estão
19 no atendimento da Covid em caráter mais permanente têm o direito de receber essa
20 insalubridade, e até agora a DGRH, a PRDU e o Caism não conseguiram chegar a um consenso
21 de qual é a lista de trabalhadores que têm direito a receber isso. O fluxo de trabalho com a Covid
22 no Caism é diferente do HC, obviamente existe uma estrutura de atendimento diferenciada. A
23 administração do Caism apresentou uma lista contendo uma contradição pela DGRH e as
24 equipes técnicas, que é uma contradição muito grande, é de 300 para 20. Têm acompanhado,
25 sabendo que é um espaço de atendimento à Covid e que vários trabalhadores estão envolvidos
26 no atendimento e não estão recebendo. Houve o comprometimento de que esse pagamento seria
27 retroativo, mas isso não foi afirmado formalmente em nenhum momento. Para os diretores do
28 sindicato fica algo desrespeitoso, porque eles estão encaminhando, discutindo, levando o
29 retorno para os trabalhadores e o processo não anda. Precisam da definição de uma política para
30 isso, que respeite os trabalhadores, principalmente neste momento, por serem trabalhadores que
31 estão vivendo um momento de risco, estão na linha de frente da Covid-19 atendendo os
32 pacientes, a maioria em caráter permanente, outros mais eventualmente, mas a discussão era da
33 definição do caráter permanente. É necessário dar uma resposta objetiva para os trabalhadores.
34 Está trazendo isso para o Consu porque já não tem mais para onde levar, e precisam ter um
35 encaminhamento, porque está incomodando. A Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI
36 CÉSAR diz que o conselheiro Robson mencionou um caso horrível que aconteceu na última
37 semana, e vai comentar um outro caso que chocou o país, que foi o caso do julgamento da
38 Mariana Ferrer, que escancara problemas muito grandes no país, como a culpabilização da
39 vítima, o machismo estrutural e a cultura do estupro. A Associação de Pós-Graduandas e Pós-
40 Graduandos organizou, junto a movimentos sociais da cidade, um ato no centro de Campinas

1 contra a cultura do estupro. Logo na sequência disso, todos da comunidade estudantil ficaram
2 chocados com um caso bastante lamentável que aconteceu em uma aula no IFGW. As
3 associações de pós-graduandos e os centros acadêmicos já manifestaram o seu repúdio a esse
4 caso e uma preocupação com o que vai ser feito além desse caso específico, no sentido de
5 conscientização da comunidade universitária, porque entendem que esse é um problema
6 estrutural da sociedade, e enquanto comunidade universitária, precisam conversar sobre essas
7 questões. Traz esse questionamento dos estudantes sobre o que está sendo feito nesse caso
8 especificamente, e de uma maneira mais geral no âmbito de medidas de diálogo e de
9 conscientização. O Conselheiro CARLOS ALBERTO RODRIGO DA SILVA diz que fará duas
10 solicitações. A primeira é referente à revisão do serviço de limpeza da caixa d'água da moradia,
11 que ocorreu nos últimos dias, pois há incidência de larvas saindo após o serviço nas descargas
12 e nas torneiras, e que os relatórios e as fotos que foram tiradas pelos profissionais que
13 executaram os serviços sejam disponibilizadas para que a comunidade possa acompanhar. A
14 segunda solicitação é uma readequação do fornecimento de marmitas, pois elas não estão
15 atendendo às necessidades de alguns grupos de alunos que precisam de uma refeição um pouco
16 mais consistente. As marmitas estão pequenas, estão proporcionais somente a um grupo de
17 pessoas e não a outros, que demandam uma alimentação maior. Sugere que elas sejam
18 readequadas para tamanho pequeno, médio e grande, e através do próprio aplicativo o aluno
19 possa solicitar o tipo de marmita que ele vai retirar ou tenha a possibilidade da retirada de mais
20 de uma marmita no modelo atual. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz que se junta
21 aos conselheiros Robson e Patrícia para lamentar o momento brutal de violência que vivem no
22 país. Comentar a moção de esclarecimento da congregação do IFCH, que consta no
23 Expediente, e expressa seu desacordo com o procedimento equivocado da Reitoria de
24 desrespeitar a decisão acadêmica da congregação do Instituto, diante da impossibilidade da
25 Unicamp de fazer contratações. Quando vê a conselheira Heloise Pastore trazer novamente na
26 reunião de hoje o assunto do Departamento de Demografia, como se tivesse conhecimento do
27 projeto acadêmico de outra unidade, fica profundamente incomodado, porque cada unidade
28 deve ter as suas particularidades respeitadas e que não deveriam ser questionadas sem
29 conhecimento algum do seu fluxo de trabalho. Acha que ninguém pede para um hospital com
30 falta de médico para realocar, para se tornar mais enxuto, para fechar enquanto não consegue
31 atingir o número mínimo de trabalhadores. Infelizmente esse tipo de discurso é característico
32 de quem tem um profundo desprezo e desrespeito com as Ciências Humanas e com as Artes. A
33 Demografia vai acabar ensinando-lhes uma lição difícil. O corpo docente da Universidade está
34 envelhecendo, está saindo, se afastando, e a Unicamp está sofrendo sérias limitações à reposição
35 de pessoal. Este ano foi a extinção de um departamento forçada pela Reitoria, no ano seguinte
36 pode ser que falem profissionais na área da Saúde, e no ano seguinte pode ser que os
37 professores mais novos não tenham aposentadoria garantida. Acha que não existe coisa mais
38 vergonhosa que um servidor público defendendo esse tipo de sufocamento da Universidade,
39 por isso nas votações sempre quis deixar claro o seu lado na defesa da autonomia universitária,
40 não só para a Reitoria, mas também autonomia para as unidades decidirem de acordo com o

1 seu plano acadêmico. O Conselheiro MARCO AURÉLIO ZEZZI ARRUDA diz que no último
2 dia 11, realizaram uma reunião extraordinária da congregação do Instituto de Química para
3 aprovação de uma moção contra o projeto de lei 627/20, que prevê a aplicação da DREM ao
4 repasse dos recursos do tesouro da Fapesp. Isso significa uma redução, como todos sabem, de
5 pelo menos 30% no orçamento da Fapesp. Na ocasião, convidaram o professor Ronaldo Pilli,
6 que é vice-presidente da Fapesp, para uma conversa e esclarecimentos, e foi aprovada então a
7 moção, que já se encontra na Alesp e foi enviada a todos os deputados estaduais. Informa
8 também que o Instituto de Química teve 11 de seus docentes na lista daqueles 2% de
9 pesquisadores mais influentes do mundo. Essa lista foi publicada na *PLOS Biology*, e realmente
10 é motivo de muito orgulho, pois certamente contribui para colocar a Unicamp entre as
11 universidades de destaque. Diz ainda que a comunidade do Instituto de Química parabeniza o
12 professor Brito Cruz pelo título de professor emérito, que foi concedido há pouco por este
13 Consu. Acha que ele elevou ao máximo a frase de Pasteur de que admirar-se é o primeiro passo
14 para a descoberta. Com suas ações na Unicamp e muito na Fapesp, ele fez com que todos
15 tenham uma grande admiração por ele, e ainda mais pela ciência, pelo conhecimento, e com o
16 apoio sempre incontestável da Fapesp. Então, parabeniza o IFGW e o professor Brito. O
17 Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL parabeniza a professora Sílvia Gatti por agora estar
18 à frente da ADunicamp e deseja-lhe muito sucesso. Também cumprimenta a Reitoria pelo mural
19 em uma fachada do Instituto de Artes, que o fez lembrar da Universidade Autônoma do México,
20 que tem também essa preocupação de fazer grandes murais, no caso lá pintados pelo Diego
21 Rivera. Acha que a Reitoria poderia incentivar e fazer cada vez mais esse tipo de ação na
22 Universidade. Também considera importante a reforma do Restaurante Universitário, do qual
23 é usuário, e solicita que seja feita uma reforma mais sofisticada, que torne o restaurante um
24 espaço realmente lúdico, pois tem certeza de que ele será muito útil após esses tempos que estão
25 vivendo. Em seguida, manifesta-se a respeito da Resolução GR- 107/2020. Todos sabem que
26 foi contrário, e continua sendo, à implantação de cursos *lato sensu* no âmbito da pós-graduação.
27 O senhor Reitor publicou essa resolução que trata da definição e das normas para o cálculo dos
28 salários que poderão ser cobrados por aqueles que oferecerão os cursos. Em seu artigo 4º, é
29 estabelecido que o valor hora trabalhado será calculado como sendo 10 vezes o valor do salário
30 de RTP, considerando 12 horas semanais e, portanto, 48 horas mensais. Isso dá um salário por
31 hora de R\$594,21, praticamente R\$600. Isso, se adotarem, é o teto de 10 vezes o salário de
32 RTP. Como o Brasil sempre ocorre, tem grande chance de isso ser adotado. Observa que o
33 salário base de professor titular, RDIDP, para 160 horas mensais, é de R\$102,84, portanto,
34 aproximadamente R\$100. Ou seja, os cursos *lato sensu* poderão ter um salário por hora
35 extremamente maior do que o de professor titular. Faz esse registro porque acha que isso será
36 mais uma motivação para que ocorra uma atenção cada vez maior aos cursos *lato sensu*,
37 sobretudo dentro da perspectiva de serem pagos. Essa relação de salário não lhe parece ser a
38 mais adequada. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que no dia 17 de março de 2020
39 tiveram uma reunião com o professor Marcelo, de forma presencial, e apresentaram uma pauta
40 das quatro entidades. Nessa pauta, havia um bônus para os trabalhadores da área da Saúde que

1 ficariam na linha de frente da Covid-19, inclusive propuseram a abertura de uma conta para
2 receber doações, até porque não havia fonte de financiamento para pagar esse bônus. Na semana
3 passada, fizeram uma reunião com o superintendente do HC e cobraram o pagamento desse
4 bônus e ele disse que ele encaminhou uma listagem para a Reitoria, mas que não houve
5 continuidade em relação a esse pagamento. Reitera a posição favorável ao pagamento de bônus
6 para os trabalhadores da Saúde que estão na linha de frente da pandemia. Outra questão é sobre
7 a lei complementar 173. A tese que tem defendido desde sua promulgação é que ela é uma
8 alteração do artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, e esta se aplica a ente federado,
9 que não é o caso da Unicamp. Entes federados são estados, municípios e Distrito Federal; a
10 Unicamp compõe um ente federado. Então por isso a tese que defende, e o juiz acabou na ação
11 da Adusp colocando uma frase nesse sentido, é que a Universidade apenas compõe um ente
12 federado, portanto a lei não se aplica a ela. Isso foi falado na CPI das Universidades pelo
13 Siqueira Rossi, que é o membro mais antigo do Tribunal de Contas do Estado, que não se
14 aplicava a Lei de Responsabilidade Fiscal, e por conseguinte não se aplica a lei complementar
15 173 para as universidades. Conversou com alguns procuradores da Unicamp sobre essa questão,
16 de que as procuradorias deveriam defender essa tese da autonomia e da não aplicação dessa lei.
17 Mas eles optaram pela outra via, a de aplicar. Suspenderam a contagem de licença-prêmio,
18 sexta-parte, de quinquênio, que está na Constituição do estado, portanto não deve ser alterada
19 com lei complementar. Na reunião do Fórum das Seis, foi definido que se a lei vale, então a
20 Universidade teria direito a receber os R\$168 milhões colocados na lei referentes à
21 complementação pela perda de arrecadação de ICMS. Está nessa lei que isso ocorra a estados
22 e municípios, entretanto o estado não repassou para a Universidade. O Fórum das Seis cobrou
23 do governador Dória, por meio de um ofício, denunciaram ao Tribunal de Contas, e eles têm de
24 resolver. Não pode valer para a Universidade apenas a parte ruim, a parte boa tem de valer
25 também. Esse é um dilema que precisa ser resolvido, e acha que as procuradorias precisariam
26 entrar nessa discussão e cobrar do governo do estado ou se define a autonomia, e assim não
27 vale essa lei para as universidades; ou, se vale a parte ruim, que é dois anos de congelamento
28 de salário, não contagem de tempo para quinquênio, sexta-parte, licença-prêmio, mas também
29 a parte boa, que é o repasse dos R\$168 milhões que o estado recebeu da compensação do ICMS.
30 O estado recebeu, em quatro parcelas, esse valor que está contido na lei complementar 173.
31 Então, mesmo os concursos abertos não teriam de seguir essa orientação, na sua opinião. A
32 questão é que não pode haver duas interpretações para a mesma lei. E, por fim, acha que a
33 arrecadação de ICMS está se recuperando, houve um crescimento nominal acima de 12% em
34 outubro. Não vai atingir a previsão inicial de ICMS, mas ocorreu uma boa recuperação, que
35 tem levado à redução no comprometimento com folha; o acumulado hoje, pela planilha do
36 Cruesp, está cerca de 90% para as três universidades, o que é uma boa notícia. Em relação a
37 contratações, também faz uma reivindicação: segundo o superintendente do HC, faltam 42
38 enfermeiros e 53 técnicos de enfermagem, isso na conta acordada com a Reitoria. Portanto,
39 pensa que essa discussão da lei complementar 173 deveria ser o centro da Procuradoria Geral,
40 no sentido de questionar que se tem autonomia, não se aplica a lei aqui, segue a vida na

1 Universidade; mas valer a parte ruim e a parte que é para trazer o dinheiro não vale é algo que
2 não entende. O MAGNÍFICO REITOR diz que também não entende. A Conselheira MARISA
3 MASUMI BEPPU agradece a alguns conselheiros discentes que se despediram. Não teve
4 oportunidade de interagir com todos, mas particularmente com o acadêmico Robson teve a
5 oportunidade, e todas as vezes que o contatou, solicitou informações, trataram-se sempre de
6 maneira cordial, então agradece a boa convivência e deseja-lhe um bom caminhar no futuro.
7 Pede desculpas aos colegas, mas precisa trazer, como representante docente, um assunto que
8 acha que todos desejam que fique no passado. Há quatro anos, em 2016, neste mesmo Consu
9 de novembro, lia no Expediente uma fala em que lamentava os desdobramentos, as
10 consequências da horrível greve de 2016. E diz horrível não por conta da pauta, porque acha
11 que toda pauta humanitária tem de ser abraçada com toda força pela Universidade, já que estão
12 aqui para promover uma sociedade mais justa, uma sociedade que vá para frente. Mas divergiam
13 à época dos métodos utilizados por esses grupos, métodos que, de certa maneira, impunham à
14 força, subjugavam outros grupos, acreditavam no conflito como a principal forma de conseguir.
15 E quem de alguma maneira fez qualquer ressalva a esses métodos foi extremamente rotulado,
16 como “direita radical,” “racista”, “fascista” etc. Destaca que vê uma evolução muito grande no
17 entendimento do que são os mecanismos democráticos da Universidade. Hoje no item 09 da
18 pauta há agentes envolvidos naquela época chegando às cadeiras representativas no Consu da
19 forma correta, da forma democrática, da forma que zela pelo diálogo e pelos meios que prezam.
20 À época era diretora de uma unidade que foi muito afetada, e recentemente soube do
21 arquivamento do processo, que considera um dos processos em que a pessoa teve mais lesão,
22 inclusive corporal, que foi o caso da professora Maria Alvina. Se por um lado há uma evolução,
23 e notam no corpo discente essa evolução, da prática do diálogo, da forma correta e saudável de
24 construir a sociedade, não pode deixar de mencionar que algumas consequências ficaram no
25 corpo docente. A grande maioria dos discentes se formou e está fora da Universidade, mas entre
26 os docentes, vários sofreram consequências; alguns jovens docentes se exoneraram da
27 Universidade, alguns eram inclusive diretores de unidades à época, e alguns outros que já
28 tinham condições aceleraram a sua aposentadoria. Isso tudo de certa maneira ainda circundado
29 com um bocado de desesperança, de descrença, do que poderiam ser. A Universidade não pode
30 errar novamente; acha que revolvem fatos indesejados do passado para aprender a construir um
31 futuro melhor, em que consigam sempre zelar pela questão real da pluralidade, do respeito, do
32 diálogo, e não necessariamente omitir, encobrir os fatos. Acha que as gestões anteriores, de
33 certa maneira, pecaram um pouco nessa questão da valorização dos docentes que estavam
34 fazendo a sua função precípua, que era o ensino. Então, como representante docente, frisa essa
35 evolução, mas também deixa esse alerta de que não podem tolerar qualquer forma de violência
36 dentro da Universidade. A sociedade lá fora é cada vez mais intolerante, veem os vários eventos
37 horríveis relatados, e precisam ser esse local onde prezam pelas diferenças, pelo respeito, e
38 precisam ser um modelo para o restante da sociedade. A Conselheira CLAUDIA MARIA
39 BAUZER MEDEIROS diz que apoia totalmente a fala da professora Marisa. Em seguida,
40 informa que acabou de ser institucionalizada a comissão de dados de pesquisa da Unicamp, da

1 qual é a coordenadora. Volta a se oferecer para dar palestras em todas as unidades. Ontem deu
2 uma palestra ótima juntando a Faculdade de Educação e o Departamento de Filosofia, semana
3 passada foi Instituto de Biologia e a Faculdade de Enfermagem, dia 04 vai ser a Faculdade de
4 Ciências Farmacêuticas. Nessas palestras, está ensinando a como usar o repositório de dados
5 de pesquisa da Unicamp, e também mostrando como fazer planos, que são agora obrigatórios a
6 qualquer submissão à Fapesp. O repositório de dados de pesquisa da Unicamp está com cada
7 vez mais dados, que começaram a ser inseridos por docentes, pesquisadores e alunos que estão
8 depositando seus dados de pesquisa. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE diz
9 que o conselheiro Matheus novamente citou seu nome em uma situação muito deselegante, para
10 dizer o mínimo. Ele já havia feito isso antes, pelo mesmo motivo, reprovando o seu voto em
11 duas situações, em que votou como representante docente, que é o seu direito, e aquilo para o
12 qual foi eleita. Naquele momento ele criticou o Instituto de Química, dizendo que se a sua
13 opinião era realmente válida, o Instituto de Química não deveria ter departamentos. É a opinião
14 dele, e a respeita. Hoje ele vem novamente, cita nome e sobrenome, para dizer que não poderia
15 ter votado como votou sem conhecer o programa acadêmico do Departamento de Demografia,
16 e que pessoas como ela não valorizam e não conhecem Ciências Humanas. Isso é um fato que
17 ele não pode afirmar. Vai relatar um trecho do documento que foi apresentado hoje, uma moção
18 de esclarecimento do IFCH, às folhas 02: “As discussões acaloradas que se seguiram acabaram
19 por gerar falas e insinuações sobre os que se manifestaram favoráveis à manutenção do
20 departamento, que não teriam esclarecido, sobretudo aos estrangeiros, que a extinção do
21 departamento não implicaria em demissão de docentes”. Acha que foi a primeira pessoa a
22 mencionar a questão dos estrangeiros; não insinuou que eles não teriam sido instruídos, porque
23 acha que não cabe instruir. O que disse é que para eles a extinção de um departamento tem uma
24 conotação completamente diferente daquela que estava ocorrendo aqui, que era a realidade para
25 o sistema brasileiro. Então, se essa frase se refere à sua fala, esclarece que não insinuou nada.
26 E espera, honestamente, que o conselheiro Matheus entenda que o seu voto não foi decisivo,
27 houve um conjunto de colegas conselheiros que votaram da mesma forma que votou. Sua
28 opinião a respeito do que é um departamento e de quais são as suas funções foi muito bem
29 expressa hoje, quando se referiu, no item 01 da pauta principal, à questão das atividades do
30 departamento. E essa sua expressão é totalmente consonante com seu voto naquelas duas
31 situações. Então, solicita que seu nome não seja mais citado de forma tão deselegante e tão
32 desagradável. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que se junta aos elogios
33 já feitos à Reitoria da Unicamp sobre a nota de repúdio, de lamentação, ao assassinato do João
34 Alberto de Freitas na quinta-feira da semana passada. O Instituto de Economia subscreve a nota
35 e também o repúdio e a indignação. Aproveita para saudar as iniciativas da Unicamp nos
36 últimos tempos no campo dos direitos humanos; hoje mesmo aprovaram a política de direitos
37 humanos e o Prêmio Vladimir Herzog, que considera avanços importantes. Na semana passada,
38 ele e o professor Célio, diretor associado do IE, receberam a professora Néri de Barros e a
39 professora Ana Maria Almeida para uma conversa muito produtiva, muito boa, sobre a Diretoria
40 Executiva de Direitos Humanos e todas as iniciativas. Deixa registrado aqui o seu apoio e do

1 Instituto de Economia, como foi desde o começo, à institucionalização da área de direitos
2 humanos, não só para convivência interna da comunidade, como incentivo à pesquisa, reflexão
3 e educação nessa direção, e confiam que essa pauta dos direitos humanos na Unicamp vai não
4 só permanecer como ser aprofundada nos próximos anos. Em seguida, informa que no final de
5 outubro foi anunciado o resultado do Prêmio BNDES de Economia, um dos mais importantes
6 na área acadêmica em Economia, e o Instituto de Economia da Unicamp teve a melhor
7 dissertação de mestrado premiada, do aluno Daniel Herrera Pinto, e a segunda melhor tese de
8 doutorado, da aluna Lídia Brochier. Registra que nas últimas seis edições desse prêmio a
9 Unicamp teve oito trabalhos contemplados, o que muito orgulha o IE, e faz esse registro aqui
10 inclusive porque alguns colegas economistas no Brasil se dedicam bastante a tentar diminuir a
11 importância ou até fazer coisa muito pior com a reputação do Instituto de Economia da
12 Unicamp. A Conselheira SÍLVIA MARIA SANTIAGO diz que traz hoje, em caráter de
13 urgência, a questão da pandemia do coronavírus, que está sofrendo uma recrudescência no
14 Brasil, ou talvez um repique, como alguns colegas epidemiologistas têm chamado, e já atinge
15 com preocupação cidades como São Paulo e Campinas. Parece que novamente a pandemia
16 retoma sua força na cidade de São Paulo, e em Campinas também já está mostrando um número
17 grande de casos. A Universidade reagiu muito bem no primeiro movimento da pandemia, e
18 observa que não podem baixar a guarda nesse novo momento de preocupação com a Covid-19.
19 Trouxe um documento para leitura, produzido a várias mãos junto com colegas da força-tarefa
20 da Unicamp, e que externa preocupação, mas também aponta questões para o futuro da
21 Universidade se relacionando com essa nova situação, de pandemias, epidemias, recrudescência
22 de outras doenças. Traz aqui uma proposta, que é sobre o Centro de Estudos e Controle de
23 Doenças da Unicamp, mas também a preocupação atual com o que está acontecendo na
24 pandemia. “Essa pandemia do Sars-CoV-2 tem sido um desafio diário para governos, cientistas,
25 serviços de saúde, comunidades e cidadãos comuns. Novamente, apesar de esperarmos uma
26 trégua, os dados mostram uma segunda onda em países da Europa, aumento do número de casos
27 na Ásia, e um recrudescimento da epidemia em países das Américas, como Estados Unidos,
28 México e Brasil. Parte pela falha ou demora na aplicação de medidas de monitoramento,
29 controle e prevenção da doença, o Brasil vem sendo duramente acometido pela Covid-19.
30 Municípios como São Paulo e Campinas tiveram mortalidade por 100 mil habitantes altíssima,
31 de 109 e 107, respectivamente, por 100 mil habitantes. Esse insucesso só não foi maior pela
32 ajuda voluntária de instituições públicas ligadas às universidades, num trabalho em rede que
33 colocou à disposição a infraestrutura e a expertise instaladas para o estudo e diagnóstico da
34 doença, o que permitiu que ações de vigilância em saúde pudessem acontecer e orientar as ações
35 de prevenção. Uma dessas iniciativas foi a força-tarefa implementada pela Universidade
36 Estadual de Campinas, que, na complexidade das ações, rapidamente estruturadas, colocou para
37 a comunidade interna e para a região de Campinas, e outras do estado de São Paulo, um
38 contingente de ações e conhecimentos que ajudaram a evitar a morbimortalidade ainda maior.
39 Dentre as várias iniciativas implementadas pela força-tarefa, cabe destacar as atividades do
40 embrião de um laboratório de saúde pública, que funcionou com grande sucesso nas

1 dependências do LacTAD. Esse laboratório, denominado LDMAD, que é Laboratório de
2 Diagnóstico Molecular de Alto Desempenho, entrou em funcionamento em tempo recorde e
3 realizou exames diagnósticos para Covid-19 para a região de Campinas, para inúmeros
4 municípios do Estado de São Paulo, e em conjunto com laboratório de patologia clínica do
5 nosso Hospital de Clínicas e Cecom, para a comunidade interna. Ao todo, foram contabilizados
6 mais de 100 mil exames em seu breve período de funcionamento. Internamente, permitiu que a
7 universidade monitorasse seus trabalhadores da Saúde de forma sistemática e adequada,
8 evitando mortes de trabalhadores e a infecção de pacientes da área da Saúde e seus contatos.
9 Ainda, foram testados outros membros da comunidade universitária envolvidos com inúmeras
10 atividades, como voluntariado e atividades essenciais que não pararam na pandemia. Agora,
11 com a discussão sobre o possível retorno paulatino da Universidade às atividades regulares, e
12 dos alunos e professores às aulas presenciais, esse laboratório, que recebeu financiamento do
13 Ministério Público do Trabalho de São Paulo, ganha ainda maior protagonismo na defesa e
14 preservação da comunidade universitária. A comunidade interna e externa à Universidade
15 precisa desse laboratório em funcionamento, cumprindo seu papel de diagnóstico oportuno, que
16 desencadeia as ações de vigilância em saúde e prevenção dos agravos. O laboratório funcionou
17 nos piores momentos da pandemia na região de Campinas com a colaboração de alunos, pós-
18 graduandos e docentes, que voluntariamente colocaram em funcionamento essa estrutura
19 complexa. Mas com o tempo e outras atividades, o grupo foi se desfazendo, de forma que
20 precisamos recompor sua capacidade de trabalho permanente e assegurar que as suas ações
21 possam continuar a dar suporte ao enfrentamento da Covid-19. Recompor sua estrutura com a
22 contratação de técnicos é urgente. Uma outra questão é a necessidade da Unicamp ter um centro
23 de estudos e controle de doenças, que possa realizar pesquisa, estabelecer testes de diagnósticos
24 e desenvolver novas tecnologias de contenção e/ou tratamento de doenças diversas. Ainda,
25 centros como esses podem ser responsáveis por orientar a população, desenvolver educação
26 permanente de profissionais da área da Saúde e elaborar planos de contingência em momentos
27 de emergências sanitárias, num trabalho em rede com os municípios e seus serviços de saúde,
28 ajudando assim a fortalecer o Sistema Único de Saúde. Uma estrutura como essa depende de
29 um esforço interdisciplinar, capaz de antecipar e prover soluções rápidas e eficientes para os
30 problemas de saúde do mundo contemporâneo, e que levem em consideração as
31 particularidades do nosso país. Um centro de natureza interdisciplinar como proposto se faz
32 necessário para que cientistas de diferentes áreas do conhecimento estejam submetidos a
33 interações constantes, para que as soluções criativas e mais facilmente aplicáveis à sociedade
34 sejam construídas rotineiramente e em conjunto. Ainda, um centro de referência para assuntos
35 relativos a doenças emergentes e reemergentes pode dialogar com órgãos públicos e a sociedade
36 em geral para estabelecimento de diretrizes capazes de se antecipar e conter de maneira mais
37 eficiente o avanço de pandemias. Trazemos, desta forma, ao Consu o pedido de
38 restabelecimento do nosso laboratório de saúde pública, o LDMAD, para continuar o
39 enfrentamento da Covid-19 em nossa comunidade interna, e na região, com a contratação
40 imediata de técnicos que permita a manutenção de suas atividades”. Então esse é o pleito que

1 estão trazendo aqui. E, ainda, a instauração de um grupo de trabalho que, em tempo breve, traga
2 ao Consu as diretrizes para criação do Centro de Estudos e Controle de Doenças da Unicamp,
3 nos moldes do que temos no CDC. Então, observando, do meio da semana passada para cá, o
4 aumento dos casos, tanto aqui em Campinas, São Paulo, em vários outros estados do país,
5 mostrando esse recrudescimento da Covid-19, trazem aqui essa preocupação, no sentido de
6 restabelecer o funcionamento desse laboratório, que foi um esteio para toda a comunidade
7 interna e para a região, com possibilidade de fazer o diagnóstico precoce em até 48 horas e
8 tomar as medidas sanitárias necessárias ao controle da doença. O Conselheiro LUIZ CARLOS
9 KRETLY diz que imagina que o professor Marcelo já tenha uma análise de cenário que vai lhes
10 passar ao final desta reunião. As preocupações são relativas à pandemia, e se a própria
11 Universidade, estruturalmente, está organizada com um grupo acompanhando até
12 eventualmente a segunda onda. E, se ele puder, solicita que faça um balanço das intercorrências
13 ocorridas dentro da Unicamp, com servidores da área da Saúde, com os alunos, docentes, se ele
14 tem notícia de intercorrências. A professora Sílvia Santiago moldou toda uma preocupação mais
15 detalhada através da força-tarefa, para a qual contribuiu com algumas questões. Pede que o
16 senhor Reitor faça um quadro e também um prognóstico para o próximo semestre, não só na
17 questão de reorganização das aulas, mas também na questão médica, qual é a avaliação que ele
18 tem e que a assessoria dele traz ao Consu. O segundo ponto é que se solidariza com as
19 preocupações e ponderações da professora Marisa; são questões importantes para a
20 Universidade e constituem uma preocupação sua e acha que de todos os docentes e de toda a
21 comunidade universitária. Ainda, finalmente, solidariza-se com a professora Heloise no que ela
22 colocou de preocupação, mostrando claramente que decisões da Universidade são tomadas em
23 órgãos colegiados, não recaem em apenas uma pessoa. O Conselheiro ANTONIO CARLOS
24 BANNWART faz um pedido para que apoiem com voto o projeto da equipe Ecocar da
25 Unicamp. É um projeto que está na fase final e depende da votação de todos os apoiadores,
26 interessados, para caminharem no sentido de uma maior sustentabilidade da área de energia, da
27 área automobilística e com menos emissões de CO². O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra
28 aos pró-reitores. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO
29 informa que na área de extensão, ocorrerão dois eventos importantes ainda este ano; um será na
30 próxima quarta-feira, um *webinar* de extensão onde será divulgado o resultado do edital de
31 pesquisa voltado especificamente à extensão. Os ganhadores farão uma exposição breve, e o
32 evento será disponibilizado nas páginas depois, e talvez sirva um pouco de início para o modelo
33 que estão implementando na ProEC com o grupo de pesquisa guiado pela professora Muriel.
34 Ainda da extensão, haverá dois encontros com os coordenadores de unidades, onde serão
35 trabalhados os indicadores de extensão, um tema que é muito importante. Serão nos dias 27.11
36 e 04.12, e também serão gravados e disponibilizados para as unidades; os exemplos que serão
37 trazidos pelas unidades e os conceitos aplicados do “Manual de Valência”, dos textos que têm
38 utilizado na ProEC, servirão como um caminho para iniciarem esse processo de avaliação das
39 ações de extensão existentes na Universidade. Na área de cultura, são três informes: o primeiro
40 sobre o Funciona Cultura, agora na quinta edição, com inscrições até amanhã, e que consideram

1 um sucesso muito grande; nesta quinta edição foram quase 800 inscritos, um projeto que tem
2 parceria do GGBS e conta com oficinas culturais, todas de maneira virtual, voltada para os
3 funcionários da Universidade. No final de novembro, início de dezembro, também haverá um
4 novo edital, que tem a parceria do Santander, para artistas e pesquisadores residentes da
5 América do Sul e Caribe, com projetos de até R\$14 mil para os anos de 2021 e 2022. Também
6 no início de dezembro, será aberta mais uma edição dos fóruns permanentes, que neste semestre
7 se adaptaram bem ao novo formato, à nova proposta devido à pandemia, e ele segue então com
8 a proposta para o ano que vem. A Conselheira ELIANA MARTORANO AMARAL diz que
9 todo ano fazem, no segundo semestre, uma reunião de novos docentes. Acontecerá amanhã,
10 claro que com um número menor este ano, mas foram mais de trinta docentes convidados a
11 participar, incluindo os docentes dos colégios técnicos, que têm sido incorporados às ações do
12 EA². Um segundo informe é que têm feito nos últimos anos o congresso das bolsas de
13 permanência do SAE, que acontecerá no dia 14, com alguns temas específicos, em particular a
14 comemoração dos 10 anos do Aluno Artista, que é um programa que tem sido muito
15 interessante, e que obviamente neste ano teve de se manifestar de maneira remota. Apresentam
16 também trabalhos dos estudantes, através das bolsas, que tenham destaque, com a ideia de
17 valorizar os projetos das bolsas de apoio social, particularmente as bolsas BAS. Neste momento
18 de finalização de semestre e preparo do primeiro semestre de 2021, com a mudança
19 epidemiológica há necessidade de manter uma programação *a priori* de atividade remota,
20 porque há piora da pandemia. Está recebendo hoje alguns questionamentos dos coordenadores
21 a respeito da disponibilização de aulas para atividades assíncronas, que fiquem gravadas e
22 disponibilizadas aos alunos. Informa que está sendo preparada uma resolução a partir de um
23 conjunto de perguntas e respostas, pelo pessoal do GGTE com auxílio do Gabinete do Reitor,
24 para poder orientar a comunidade a respeito de questão de direitos autorais e questões também
25 de segurança e de respeito à individualidade das pessoas para uso de imagem nessas aulas.
26 Portanto, em uma extensão da atividade em ensino remoto, vão aprimorando os processos e
27 orientando a comunidade aos poucos. O Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES
28 GOMES NETO diz, em relação à lei complementar 173, que estão aprendendo a lidar com ela.
29 Ouviu alguns comentários aqui a respeito disso, e se os conselheiros ou diretores tiverem
30 alguma dúvida ou alguma solicitação que esbarre na lei complementar 173, a PRDU está à
31 disposição para conversar sobre esse assunto. Têm sido orientados pela Procuradoria Geral e
32 estão ganhando alguma experiência no trato dos pedidos que envolvem essa linha. Então, como
33 várias pessoas fizeram menção, coloca-se à disposição para conversar com quem estiver
34 interessado em investigar de que maneira é possível efetuar alguma coisa na Universidade sem
35 violar a lei. Sobre a manifestação do conselheiro João Raimundo a respeito da concessão do
36 adicional de insalubridade em grau máximo para alguns servidores do Caism, esclarece que
37 esse assunto naturalmente não depende de uma decisão da PRDU. Participou de várias reuniões,
38 como o conselheiro João Raimundo mencionou, mas esse assunto tem de ser tratado entre o
39 Caism e a DGRH, que tem uma equipe competente e que faz a análise dos casos em que é
40 devido o adicional. Solicita que o senhor Gilmar faça algum comentário específico sobre esse

1 assunto. O senhor GILMAR DIAS DA SILVA diz que esse assunto está sendo tratado pela
2 DGRH, e desde o mês de maio, dois meses depois da pandemia declarada, já começou a surgir
3 nos hospitais essa situação da análise e verificação dos postos insalubres e até onde caberia a
4 classificação de grau máximo ou médio. A partir de então, as listagens foram sendo
5 encaminhadas, e começaram as divergências a que o conselheiro João Raimundo se referiu,
6 principalmente por uma questão de entendimento da abrangência dos servidores atuantes nos
7 hospitais. Primeiramente, em junho e julho, foi definido o lote do HC como um lote mais claro
8 do posto referenciado de atendimento de Covid e, na mesma época, o Caism voltou a reiterar
9 listagens para entender o que caberia ou não ter mudança de grau, lembrando que boa parte de
10 sua equipe já recebe um grau médio de insalubridade. A partir disso, a DSTR foi ao local mais
11 de uma vez e foi tratado o assunto até que, de setembro para outubro, em sucessivas reuniões
12 também com ele, com o professor Francisco, o sindicato e o superintendente do Caism, chegou-
13 se a mais um parecer. A DSTR debruçou-se sobre a situação do Caism no mês de outubro,
14 voltando lá e constatando que não havia característica que determinasse a exposição ao grau
15 máximo da equipe do Caism como um todo. O grande impasse é se a todos que podem ter
16 contato com o atendimento Covid cabe ou não a insalubridade de grau máximo. Pela legislação
17 não cabe, portanto, a DSTR emitiu parecer conclusivo reiterando que na equipe do Caism
18 predomina o grau médio, e assim foi dada essa resposta em documento ao superintendente,
19 também ao diretor executivo da Deas e ao pró-reitor. Portanto, a DGRH entende o assunto
20 dirimido, não há mais pendência nos hospitais nesse sentido, e ainda há menos que se falar em
21 retroatividade. O Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO diz
22 que intermedeia essas conversas, mas a palavra final tem de ficar sempre com a DSTR, que é a
23 área da DGRH que trata desse assunto. O Conselheiro MUNIR SALOMÃO SKAF parabeniza
24 todos os colegas docentes e pesquisadores da Unicamp que figuraram na lista dos 100 mil
25 cientistas mais importantes, um estudo que foi publicado recentemente na *PLOS Biology*, e que
26 tem um elenco bastante expressivo de docentes da Unicamp; são duas listas, e é uma satisfação
27 muito grande, como membro desta comunidade, ver tantas pessoas proeminentes, inclusive
28 vários dos colegas membros deste Conselho. São 73 pesquisadores, das mais diferentes áreas,
29 que figuraram nas duas listas. Há um conjunto de listas nesse artigo, com uma métrica que foi
30 utilizada, e alguns dos colegas aparecem como sendo docentes da USP, mas a Secretaria de
31 Comunicação está em contato com a revista, com as bases, para que possam retificar essas
32 incongruências. A Secretaria de Comunicação também lançou no dia 20 uma notícia no portal
33 da Unicamp, ela está preparando um outro material em que vai elencar nominalmente cada um
34 dos pesquisadores, ou seja, vai prestar uma segunda homenagem, de uma maneira mais
35 detalhada, e fazendo jus ao nome de cada um dos que contribuíram e que contribuem para o
36 engrandecimento do nome da Unicamp, os quais parabeniza. Em seguida, faz um convite para
37 que todos participem, se inscrevam, assistam *on-line*, o XXVIII Congresso de Iniciação
38 Científica, o congresso Pibic, que desta vez vai ser realizado de forma virtual, dos dias 30.11 a
39 03.12, e será transmitido por *streaming*. São 1.535 alunos inscritos como expositores de *posters*
40 e *e-posters*; vários fizeram *uploads* de vídeos, de gravações, de pequenas animações. Então está

1 riquíssimo, extremamente variado e muito bem feito, os alunos estão de parabéns. São 764
2 orientadores, tiveram a participação de 730 doutorandos que ajudaram na avaliação desses
3 1.535 trabalhos, e possuem já cerca de 460 inscritos para assistir *on-line*. Há um programa
4 bastante interessante de seminários, esperam atrair bastante atenção, então contam com todos
5 na divulgação desse evento. No dia 30, além da abertura com a presença do senhor Reitor e de
6 toda a Administração, começa às 10h uma palestra curta a ser proferida pela professora Eliana
7 Amaral, que falará sobre o que importa para se ter um bom desempenho na graduação. Na parte
8 da tarde, o professor Paulo Artaxo, do Instituto de Física da USP, vai falar sobre mudanças
9 climáticas e a relevância da Região Amazônica nesse impacto ambiental. No dia 1º, pela manhã,
10 haverá uma palestra da professora Natália Pasternak, presidente do Instituto Questão de
11 Ciência, que vai falar sobre comunicação na ciência e a responsabilidade do cientista. À tarde,
12 terão a palestra do professor John Pickett, da Universidade de Cardiff, que é uma das parceiras
13 estratégicas da Unicamp, e ele vai falar sobre os feromônios sexuais e novas abordagens para
14 usar a sinalização química para proteção da agricultura e da pecuária. No dia 02, pela manhã, o
15 professor Thiago Nicodemo, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, vai
16 abordar a história do futuro, a importância das ciências digitais, da ciência de dados na
17 construção da História e das Humanidades. À tarde, no mesmo dia 02, a professora Sandra
18 Avila, do IC, vai falar sobre inteligência artificial, e, por fim, no dia 03, pela manhã, ocorrerá a
19 palestra da professora Ximena Villagran, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, que
20 abordará o povoamento do continente americano, em particular novas contribuições da
21 microarqueologia. Então, o programa está riquíssimo, muito interessante, e convida todos a
22 prestigiar. A respeito da manifestação colocada, de maneira muito oportuna, pela professora
23 Sílvia Santiago, vai resgatar um pouco do histórico da ação da força-tarefa. Ela nasceu
24 espontaneamente no âmbito do Instituto de Biologia, depois contou com a participação do
25 professor Gontijo, quando o Instituto de Biologia, particularmente por meio de seu diretor e do
26 professor Marcelo Mori, trouxe o problema para o Gabinete e a ideia que tinham. Foi chamado
27 para essa reunião e imediatamente abraçaram a causa, isso no início da pandemia, criando todas
28 as condições que estiveram ao seu alcance, dentro das limitações conhecidas, fornecendo todo
29 auxílio possível. O Faepex investiu mais de R\$3 milhões em pesquisas, e também no Cetap, um
30 laboratório que não por mera coincidência foi instalado no LaCTAD. Tentou-se instalar esse
31 laboratório de testes em outros lugares, não foi possível, mas instalou-se no LaCTAD, graças à
32 generosidade do professor Paulo Arruda, do pessoal do CQMED, assim como da doutora
33 Sandra Krauchenco, coordenadora do LaCTAD, e ao fato de o LaCTAD estar vinculado à Pró-
34 Reitoria de Pesquisa. Agradece a todos os envolvidos; ao professor Alessandro Farias, ao
35 pessoal das Tecnológicas, que fez um esforço enorme, extremamente bem-sucedido; foram 100
36 mil testes, o que corresponde a mais de 25% de todos os testes realizados no estado de São
37 Paulo inteiro na rede Butantã. Também destaca a importância dos professores André Vieira,
38 Marisa Beppu, Leonardo Elias e muitos outros. As ações da força-tarefa se dividiram em vários
39 campos, mas dois campos principais foram o da testagem, a que a professora Sílvia se referiu,
40 e o outro uma vertente mais de pesquisa, que necessita de uma ação perene. Vêm discutindo

1 essas questões há meses no âmbito da Administração, e destaca a assertividade do professor
2 Marcelo em conseguir recursos, tanto ele como dos colegas que colaboraram, de R\$2,6 milhões
3 do Ministério Público do Trabalho para fazer as atividades de testes. Testaram comunidades, o
4 professor Sávio ajudou bastante, um trabalho muito competente da Epidemiologia, nas ações
5 sociais junto com o professor Roberto do Carmo. A Administração vem já há um tempo
6 pensando em como devem tornar permanentes ou mais perenes as ações dessa força-tarefa no
7 que tange ao estudo e ao controle de doenças emergentes, doenças infecciosas. Então, isso, na
8 verdade, culminou já com o GT, mencionado pela professora Sílvia, e já estão estudando uma
9 maneira de tornar isso permanente. Algumas semanas atrás, inclusive, tiveram uma reunião
10 com a PG, conversando sobre uma maneira de viabilizar a criação de um programa permanente
11 de estudos para o estudo e controle de doenças emergentes no âmbito da Unicamp. Vale
12 ressaltar que nem o estado, nem o país possui hoje um centro de controle de doenças, como,
13 por exemplo, o CDC americano. Isso sem falar na falta de articulação em nível nacional, ou até
14 mesmo em nível estadual, de ações contra a Covid. Do mesmo jeito que veio esta pandemia,
15 virão outras. Ainda com relação a financiamento, o professor Marcelo, através das conexões e
16 do nome que tem a Unicamp, conseguiu US\$400 mil da 3M, em sua luta contra a Covid, cujo
17 projeto foi exatamente a criação do que se chamou na época de Cecode, Centro de Estudos e
18 Controle de Doenças Emergentes. Agradece o fato de ter sido colocado esse assunto hoje no
19 Consu, acha que é um momento muito importante, mas isso não é algo recente, já vem sendo
20 trabalhado há meses, então agradece a todos que têm participado e colaborado. Volta a enfatizar
21 que são ações includentes, multidisciplinares, e que não escaparam do radar desde o primeiro
22 momento em que essas ideias apareceram. Coloca-se à disposição para outros esclarecimentos
23 que se fizerem necessários. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que constam
24 da pauta de hoje dois relatórios encaminhados pela CGU. O primeiro relatório trata de um
25 conjunto de ações que foram desenvolvidas, não só pela CGU, mas por muitos outros órgãos e
26 unidades, referentes ao planejamento estratégico do período 2016/2020. A Universidade
27 trabalhou em 71 projetos; 41% deles foram finalizados, 43% estão em andamento com boas
28 chances de serem finalizados ao redor de 60% até o final do ano. E 16% dos projetos foram
29 suspensos por muitas razões, que acha que não vale a pena citar aqui. Hoje a Unicamp conta
30 com toda a tecnologia implantada para apresentação, aprovação, desenvolvimento e
31 acompanhamento de projetos estruturantes no âmbito da CGU e isso está, portanto, em pleno
32 funcionamento. Alguns desses projetos foram fundamentais para que sobrevivessem nesse
33 período de pandemia, como é o caso do processo de convênios, que foi um dos projetos
34 estratégicos implementados, e sem o qual teriam parado a assinatura de convênios, ou pelo
35 menos dificultado enormemente a tramitação desses processos. Não foi só na área de TI que
36 atuaram; também na área ambiental, e atuaram enquanto comunidade na área de redução de
37 despesas, e assim por diante. Portanto, podem dizer hoje que a Unicamp domina os métodos de
38 planejamento e de acompanhamento de projetos diretamente relacionados com os objetivos
39 estratégicos. Nesse sentido, agradece a um conjunto de pessoas, em nome da professora Milena
40 Serafim, que os ajuda nessas atividades no âmbito da CGU. Na mesma direção, fizeram o

1 planejamento e o aprovaram hoje no Consu para o período 2021/2025. Agradece às mais de
2 100 pessoas que participaram da discussão e viabilização dessa proposta, muitos são membros
3 do Conselho Universitário, mas um enorme grupo de pessoas; também em nome da professora
4 Milena agradece a todos que estiveram no *backoffice*, tanto na organização das atividades,
5 quanto no tratamento de todas as informações posteriores geradas pelos *workshops* que foram
6 apresentadas a todos. O segundo relatório que a CGU traz diz respeito a uma decisão do
7 Conselho Universitário de novembro de 2019 que tratou de uma suplementação de recursos
8 para o Hospital de Clínicas. Essa aprovação de suplementação também propôs que houvesse a
9 contratação de uma consultoria para atuar conjuntamente com a administração do Hospital na
10 melhoria ou em atividades de gestão hospitalar. Fizeram um trabalho conjunto desde novembro
11 de 2019, e chegaram em outubro de 2020 praticamente com uma proposta bem elaborada feita
12 para licitar uma empresa. Ocorre que em novembro de cada ano fecha o ano fiscal e, portanto,
13 não seria mais possível licitar e fazer essa contratação no ano de 2020. E por isso o projeto, que
14 está praticamente pronto, foi postergado para o próximo ano, assim que for possível realizar as
15 licitações, as contratações e assim por diante. Apesar de esse projeto não ter sido concluído, a
16 CGU, o HC e a PRDU têm atuado em diversas atividades conjuntas, colaborando para o
17 aperfeiçoamento da gestão do Hospital, em particular no que diz respeito à implantação de um
18 sistema de gestão hospitalar informatizado. Adquiriram computadores, investiram na rede de
19 lógica, nos sistemas de acesso, e assim por diante. Agradece, em nome da CGU, aos professores
20 Antônio e Francisco e às suas equipes, por esse trabalho conjunto que já está apresentando
21 resultados. Então, apesar de não terem contratado a consultoria, não deixaram de atuar em
22 conjunto no sentido de melhorar, de aperfeiçoar a gestão hospitalar. Sobre a questão de
23 contratações, será bastante pontual, mas bastante franca. Há duas questões relacionadas com as
24 contratações, uma questão de natureza legal, que é a lei complementar 173, e seria importante
25 que as divulgações feitas no âmbito do sindicato fossem bastante precisas sobre as decisões que
26 foram tomadas no âmbito judicial. Entendem que possuem uma limitação, e a CVD e a CVND,
27 em conjunto com a PRDU, têm o entendimento de que não é possível contratar, exceto em
28 situações muito particulares. A segunda é de uma ótica orçamentária: não sabe se todos
29 acompanham, mas deveriam, que a situação orçamentária da Universidade é extremamente
30 limitante. Então, não há uma única razão para que as contratações estejam sendo feitas de modo
31 bastante limitado; há uma questão de natureza legal e uma questão de natureza financeira. Esse
32 assunto os preocupa enormemente, porque sabem, possuem os dados, relatos, conversam com
33 as pessoas, com diretores, com coordenadores de centros e núcleos, com órgãos da
34 Administração. Estão no limite, ou muito próximo dele em alguns casos, precisam de pessoas,
35 de força de trabalho, mas a situação os limita nesse sentido. Existe uma lei e as restrições
36 orçamentárias que se aprofundaram por consequência da pandemia. E finalmente, de modo
37 muito franco e direto, expressa sua solidariedade à professora Maria Alvina. Lamenta muito
38 tudo o que ocorreu, de modo, a seu ver, desnecessário, e não há justificativas nem de natureza
39 acadêmica, nem de natureza política, nem de natureza dos embates políticos e sociais, para fatos
40 como aquele terem acontecido. O MAGNÍFICO REITOR diz que a professora Teresa já se

1 referiu, também fez uma referência anterior, da mesma forma os professores Francisco Haiter
2 e Anna Bentes e o senhor José Luis comentaram sobre a famigerada lei complementar 173.
3 Como o senhor José Luis já mencionou, só tiveram os ônus e não os bônus dessa lei, mas ela
4 está válida, há várias ações na justiça por parte de diversos atores da sociedade civil, porém não
5 há nenhum tipo de decisão judicial ainda. Todas as liminares solicitadas foram negadas. Então
6 é importante, como já comentou, ler com cuidado as notícias, que às vezes podem ser
7 tendenciosas. Estão acompanhando e sabem da necessidade; naturalmente existem situações
8 excepcionais, que devem seguir os caminhos institucionais, ou seja, um pedido específico, com
9 a justificativa bem adequada, para a CVD e para a CVND, que analisará os casos e verificará
10 se eles não estão ferindo a legislação. O conselheiro Robson fez sua despedida, então aproveita
11 a oportunidade para se despedir de todos aqueles que estão deixando agora a representação no
12 Consu, funcionários e estudantes, visto que receberão novas pessoas que poderão contribuir
13 para as discussões e os debates. Em nome da Universidade, agradece toda atenção, as horas
14 despendidas nas reuniões e o cuidado com as questões. Como já foi mencionado, e acha
15 importante destacar, muitas vezes podem discordar em alguns aspectos, em prioridades, na
16 maneira de ver alguma questão, mas é fundamental manter neste espaço da Universidade a
17 possibilidade de um diálogo aberto, franco, mas sempre muito respeitoso, que é fundamental
18 para o ambiente universitário, e algo que o país está precisando cada vez mais, infelizmente.
19 Aproveita para dar as boas-vindas à professora Sílvia, que tomou posse como presidente da
20 ADunicamp, desejando-lhe uma ótima gestão. Sobre as questões práticas e diversas levantadas,
21 diz que o assunto das marmitas, levantado pelo conselheiro Carlos Alberto, já foi encaminhado
22 para o setor responsável cuidar e oferecer as respostas adequadas. A conselheira Patrícia
23 levantou a questão do IFGW, sobre a qual informa que o professor em questão foi afastado
24 imediatamente, e já foi aberta uma sindicância. Houve uma boataria, uma série de discussões
25 que surgiram a partir desse assunto porque estavam, em paralelo, já discutindo a divulgação das
26 aulas. É importante mencionar que, para âmbito interno, estão fazendo uma legislação
27 pertinente e um grupo de perguntas e respostas. No entanto, destaca que cada vez que uma
28 pessoa grava alguma reunião, alguma aula, naturalmente precisa ter o consentimento de todos
29 para divulgar publicamente no Youtube ou em outras mídias. Deixarão essa questão legal mais
30 esclarecida para toda a comunidade, mas, certamente, todas as atividades que estão sendo feitas
31 na Universidade continuam, é possível fazer as aulas assíncronas, disponibilizar aos estudantes,
32 manter tudo como vinha sendo feito. O professor Geromel mencionou a reforma do Restaurante
33 Universitário, e observa que a reforma realmente é de uma área, e é parte de uma reforma muito
34 maior que será feita; não foi possível ainda ser feita porque houve diversos questionamentos na
35 licitação, mas a ideia é mudar completamente a questão dos restaurantes universitários na
36 Universidade. Mas, para isso, precisavam fazer a reforma no telhado, que não se encaixa em
37 uma licitação específica que estão fazendo com relação aos restaurantes. Então, precisam fazer
38 a reforma e aproveitaram esse momento para isso. O professor Geromel também mencionou o
39 mural do ex-aluno Paulo Ito, vencedor do Prêmio Bunge de 2019, que fez um belíssimo mural
40 no Instituto de Artes. Além disso, diz que na semana passada teve a felicidade de inaugurar um

1 novo espaço Plasma da Unicamp, que é um espaço que vai acolher as atividades estudantis
2 espontâneas, um espaço completamente diferenciado, *co-working*, um espaço que também tem
3 um *fablab*, com a possibilidade de reuniões, trabalhos, dos grupos de estudantes. Ele já está em
4 funcionamento, e agradece aqui publicamente à professora Gabriela Celani, que se dedicou
5 muito a esse projeto e, naturalmente também ao IFGW, que cedeu o espaço. Espaço físico na
6 Universidade é um dos assuntos mais complexos e difíceis que possuem, e o IFGW tinha aquele
7 espaço, que era o antigo laboratório de Plasma, e foi cedido para o uso de toda a Universidade.
8 Convida todos a conhecer, o espaço está aberto, e deixa aqui como uma ideia para que tenham
9 cada vez mais desses espaços na Universidade, que mais unidades possam oferecer espaços
10 multiusos interdisciplinares para os estudantes, docentes e funcionários. Complementando as
11 informações que o professor Munir já passou, a partir do texto da professora Sílvia Santiago,
12 referente à possibilidade da criação de um centro de estudos de controle de doenças, diz que
13 têm discutido isso, de uma maneira muito elaborada, há muitos meses com todo o grupo de
14 trabalho. Ontem pela manhã, conversou com a doutora Clarissa do Ministério Público do
15 Trabalho, estão em contato também com a doutora Fabiana do Ministério Público do Trabalho,
16 com a discussão de um financiamento. Como o professor Munir mencionou, já obtiveram
17 US\$400 mil da Fundação 3M, e possuem um projeto para ampliação do LaCTAD para
18 implantação desse laboratório, no qual está pessoalmente envolvido, junto com os professores
19 Munir e Gontijo, nessa discussão para abrigar e poder criar esse centro de estudos e controle de
20 doenças, que é tão importante e tão necessário. Com relação ao funcionamento do grupo de
21 testes, estão em contato direto com os participantes do programa de testagem. Ele tem
22 funcionado há muitos meses na base do voluntariado, com muitas pessoas se dedicando.
23 Naturalmente, como estão chegando ao nono mês de pandemia, há cansaço, há um esgotamento
24 dessa equipe, e estão buscando alternativas, inclusive com o Ministério Público do Trabalho,
25 para que eles os ajudem a conseguir transferência de servidores de outras instituições para
26 auxiliarem aqui na Unicamp. Chegando uma demanda de funcionários específicos para esse
27 assunto, será analisada no caráter emergencial que ela merece. Ressalta que a Administração
28 acredita que esse é um projeto muito importante, fundamental, e têm trabalhado e dado todo o
29 apoio desde o primeiro momento para esse grupo. A partir da conversa ontem com a doutora
30 Clarissa, criou um grupo de trabalho para discutir de maneira mais institucional, sair um pouco
31 das discussões simplesmente informais, e criar um grupo de trabalho para já trazer uma proposta
32 institucional, que é o caminho adequado que esse tipo de projeto deve ter. Em relação ao ICMS,
33 lembra que estão entrando no período de novembro e dezembro, em que há o décimo terceiro
34 de todos os servidores e, naturalmente, a economia aquece por causa do Natal. Além disso,
35 existe uma situação peculiar este ano, por conta da injeção de recursos do auxílio emergencial
36 do governo federal, que não existirá em 2021, e, portanto, terão o pós-eleições e o pós-
37 pandemia, ou um reflexo da pandemia, muito sério. Então o ano de 2021 realmente exige
38 cuidado. Estão acompanhando com muita atenção, e justamente por isso adiaram em duas
39 semanas para observar um pouco mais a evolução da pandemia, se vai haver realmente um pico,
40 uma segunda onda, um repique, como queiram chamar. Mas, observando o que aconteceu no

1 mundo, e observando a completa falta de políticas públicas do governo sobre esse assunto, além
2 do descuido da população, que está indo a restaurantes, *shoppings*, fazendo festas, não tem
3 dúvida alguma de que terão uma segunda onda muito grave e muito séria. Para piorar, foi
4 desmontada toda estrutura hospitalar planejada para o início da primeira onda, e não há nenhum
5 indício de que haja recursos extras para ampliação do número de leitos de UTI, nem qualquer
6 planejamento sendo armado para este segundo momento. E mais do que isso, agora com toda
7 pressão de todo setor comercial, com o melhor período do ano para vendas, que é o período de
8 Natal, e por isso duvida muito que os governos, em todas as suas esferas, tomem medidas
9 necessárias de *lockdown* etc. É um assunto extremamente complexo que vai, certamente, não
10 só refletir na questão da saúde pública, mas também na questão financeira, e por isso mesmo,
11 como já também disse a professora Teresa, todo cuidado no que se refere à questão orçamentária
12 precisa ser tomado. Adianta que apresentarão um orçamento bastante conservador, cuidadoso,
13 porque o momento naturalmente exige. Em seguida, propõe o voto de pesar à família de Renato
14 Giuseppe Giovanni Terzi, professor emérito da Unicamp, que faleceu no dia 16 de novembro.
15 Nada mais havendo a tratar, o MAGNÍFICO REITOR declara encerrada a Sessão e, para
16 constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a
17 Aline Marques que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho Universitário.
18 Campinas, 24 de novembro de 2020.